

Rio de Janeiro

Quinta-feira, 17 de março de 2022 – Diário Comercial – 101

INDÚSTRIAS DE BEBIDAS JOAQUIM THOMAZ DE AQUINO FILHO S.A.
CNPJ/ME nº 31.901.382/0002-39 - NIRE nº 33.3.0010185-3
Aviso aos Acionistas. Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, em nossa Matriz, à Rua Hugo Aquino nº 1, Centro, São João da Barra, RJ, em nossa Filial Rio, à Avenida Paisagista José Silva de Azevedo Neto nº 200, bloco 2, salas 203/204, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, em nossa Filial Recife/PE, à Rua Fernando de Noronha nº 41, Muribeca, Jaboatão dos Guararapes, PE, e na Filial Valinhos/SP, à Rua Ezequiel Benedito Silva, nº 77, sala 10, Chácara São Francisco, Valinhos, SP, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Informamos que nossa Filial Campos, à Rua Vinte e Um de Abril, nº 272, conj. 402/404, Centro, Campos dos Goytacazes, RJ, permanece fechada. São João da Barra, RJ, 14 de março de 2022.
HUGO AQUINO FILHO - Presidente do Conselho de Administração.

SAAB PARTICIPAÇÕES II S.A.
CNPJ/ME nº 41.368.328/0001-42 - NIRE 33.3.0033735-1
Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 1. Hora, Data e Local: Às 11h do dia 15/03/2022, na sede social da SAAB Participações II S.A. ("Cia."), localizada na Rua Coronel Gomes Machado, nº 118, loja 101, parte, Centro, na Cidade de Niterói, Estado do RJ, CEP 24.020-065. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, conforme disposto no § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S.A."), haja vista a presença das acionistas da Cia., representando a totalidade do capital social da Cia., quais sejam, a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. ("SAAB") e a Vias Participações I S.A. ("Vias" e, quando referida em conjunto com a SAAB, as "Acionistas"), conforme se constata através da Lista de Presença de Acionistas (**Anexo I**). **3. Mesa:** Presidente: Leonardo das Chagas Righetto; e Secretário: Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Observados os impedimentos legais, foram tomadas as seguintes deliberações: **4.1.** Aprovar o aumento do capital social da Cia. em R\$ 875.000.000,00, mediante a emissão de 875.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, fixado com base no art. 170, § 1º, inciso II, da Lei das S.A., passando o capital social da Cia. de R\$ R\$ 1.000,00 para R\$ 875.001.000,00, observado o disposto abaixo ("**Aumento de Capital Social**"):
O Aumento de Capital Social será subscrito nesta data, proporcionalmente por cada uma das Acionistas, sendo certo que a respectiva integralização será efetuada pelas Acionistas da seguinte forma: (i) R\$ 500.000.000,00 até a data da 1ª integralização das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, da 1ª emissão da SAAB Participações III S.A., no valor total de R\$ 2.000.000.000,00, na data de emissão ("**Debêntures**"), as quais serão objeto de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16/01/2009, conforme alterada, e demais disposições e regulamentações aplicáveis, conforme termos e condições a serem previstos no "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da SAAB Participações III S.A." a ser celebrado entre a Cia., na qualidade de emissora das Debêntures, a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de representante dos titulares das Debêntures, a Vias Participações I S.A., a Acionista e a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., na qualidade de fiadoras ("**Escritura de Emissão**"), dos quais (a) R\$ 300.000.000,00 serão integralizados pela SAAB; e (b) R\$ 200.000.000,00 serão integralizados pela SAAB; e (c) R\$ 150.000.000,00 serão integralizados pela Vias, nos termos dos boletins de subscrição constantes no **Anexo II** à presente ata. **4.2.** Em virtude da deliberação acima, aprovar a alteração do art. 5º do Estatuto Social da Cia., o qual passará a vigorar com a seguinte redação: "**Art. 5º. O capital social da Cia., totalmente subscrito e parcialmente integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 875.001.000,00, dividido em 875.001.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.**" **4.3.** Autorizar a diretoria da Cia. e/ou seus procuradores, conforme o caso, a praticar(em) todos os atos necessários relacionados à implementação, realização e formalização das deliberações tomadas nesta assembleia. **4.4.** Ratificar todos os atos já praticados pela diretoria da Cia. ou seus procuradores, conforme o caso, relacionados às matérias constantes dos itens acima. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a ata a que se refere esta assembleia, sob a forma sumária, nos termos do art. 130, §1º, da Lei das S.A., a qual foi lida, aprovada e assinada. **6. Assinaturas:** Leonardo das Chagas Righetto, Presidente; e Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes, Secretário. Acionistas presentes: Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (p. Claudio Bechara Abduche e Leonardo das Chagas Righetto) e Vias Participações I S.A. (p. Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes e José Guilherme Cruz Souza). Confere com o original lavrado em livro próprio. Niterói, 15/03/2022. Leonardo das Chagas Righetto - Presidente; Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes - Secretário.

TELMEX SOLUTIONS TELECOMUNICAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 02.570.352/0001-08 - NIRE 33.3.0031406-7
EDITAL DE CONVOCAÇÃO. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. Ficam convidados os senhores acionistas da **Telmex Solutions Telecomunicações S.A. ("Companhia")** a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária que se realizará na sede social da Companhia, situada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Regente Feijó, 166, 16º andar, Saia 1687-C, CEP 20060-060, no dia 23 de março de 2022, às 10:00 horas, com a finalidade de deliberarem sobre as seguintes Ordens do Dia: **(i)** A proposta de grupamento das 5.133.370.648 (cinco bilhões, cento e trinta e três milhões, trezentos e setenta mil e seiscentos e quarenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, representativas do capital social, na proporção de 1.000 (um mil) para 1 (um), conforme previsto no Art. 12 da Lei n.º 6.404/76, sem modificação do montante do capital social; **(ii)** Em consequência da proposta de grupamento de ações prevista no item "i" acima, a alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e **(iii)** A consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Instruções Gerais:** (a) Os instrumentos de mandatos de representação deverão ser depositados na sede da Companhia até às 17hs30min do dia 22 de março 2022; e (b) A proposta da administração e a documentação relativos aos itens constantes da ordem do dia encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia. Rio de Janeiro - RJ, 15 de março de 2022. Oscar von Hauske Solis - Membro do Conselho de Administração.

SUDELETRO S.A.
CNPJ 33.102.153/0001-07
CONVOCAÇÃO: São convidados os senhores acionistas para se reunirem em AGO a realizar-se em 05/04/2022, às 10 horas, na sede social à Praça Mahatma Gandhi 2, Grupo 921, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: A) Aprovação do Relatório, Balanço e Contas da Diretoria, relativos ao ano calendário encerrado em 31/12/2021; B) Destinação dos Resultados; C) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 15/03/2022. ass) Sílvia Vêras de Lacerda Guimarães - Presidente.

LUNGOMARE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ/ME: 97.551.250/0001-51 - NIRE: 33.3.0029838-0
EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convidados os Senhores Acionistas a se reunirem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que serão realizadas no dia 28 de março de 2022, às 10:00 horas, na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na sede social da Lungomare Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Miguel de Frias nº 77, sala 1701, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Deliberar sobre (a) o relatório da administração referente ao exercício social encerrado em 31.12.2021; (b) as contas dos administradores referente ao exercício social encerrado em 31.12.2021; (c) as Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31.12.2021; e (d) a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2021; e (ii) Fixar a remuneração anual global da Diretoria da Companhia. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Ratificar as deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 24.02.2021, cuja ata foi registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 00004032582 em 16.03.2021. Niterói, 11 de março de 2022. **DOMENICO EMMANUELE SIQUEIRA LORUSSO** - Diretor-Presidente.

SAAB PARTICIPAÇÕES II S.A.
CNPJ/ME nº 41.368.328/0001-42 - NIRE 33.3.0033735-1
Ata de Assembleia Geral Extraordinária. 1. Data, Hora e Local: Em 25/02/2022, às 09h, na sede social da SAAB Participações II S.A. ("Cia."), localizada na Cidade de Niterói e Estado do RJ, na Rua Coronel Gomes Machado, nº 118, loja 101, Centro, CEP 24.020-065. **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada em face da presença da totalidade dos acionistas, nos termos do § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Mesa:** Presidente: Cláudio Bechara Abduche, Secretário: Marcelo Augusto Raposo da Mota. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Por unanimidade de votos, observados os impedimentos legais, foram tomadas as seguintes deliberações: **4.1.** Tomar conhecimento e aceitar a renúncia dos Srs. Cláudio Bechara Abduche e Marcelo Augusto Raposo da Mota aos cargos de Diretores da Cia., conforme termos de renúncia que constituem o **Anexo I** a presente ata e ficam arquivados na sede da Cia., agradecendo-lhes pelos valiosos serviços prestados à Cia. e desde já aprovando integralmente suas contas, outorgando-lhes e deles recebendo a mais ampla e geral quitação, para nada mais reclamar, a qualquer título. **4.2.** Eleger, como Diretores da Cia., para mandato de 03 anos a contar desta data, os Srs.: (i) Leonardo das Chagas Righetto, brasileiro, casado, engenheiro, portador da CI nº **1995100048, CREA-RJ e CPF nº 037.642.547-42;** e (ii) Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes, brasileiro, solteiro, bacharel em Economia, portador da CI nº 202.562.300, Detran-RJ e CPF nº 124.312.427-06, ambos com endereço comercial na Rua Coronel Gomes Machado, nº 118, loja 101, Centro, Niterói, RJ. **4.2.1.** Os Diretores ora eleitos, presentes à Assembleia, aceitaram os cargos para os quais foram eleitos, declarando, expressamente, para todos os fins e efeitos legais que não estão impedidos, por lei especial, de exercer administração de sociedade e nem foram condenados (ou encontram-se sob efeito de condenação) (i) a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou (iii) por crime contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade; sendo desde logo investidos nos cargos para os quais foram eleitos, mediante a assinatura dos Termos de Posse, os quais constituem **Anexo II** da presente ata, e ficam arquivados na sede da Cia.. **4.3.** Fixar a remuneração global anual dos membros da Diretoria em até R\$ 30.000,00. **4.4.** Determinar que as publicações da Cia. ordenadas pela Lei nº 6.404/76 sejam efetuadas no DOERJ e no jornal "Diário Comercial". **4.5.** Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do art. 130, §1º da Lei nº 6.404/76 e autorizar a administração da Cia. a tomar todas e quaisquer providências necessárias para a implementação das deliberações ora aprovadas. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi lida e assinada por todos os acionistas presentes. **6. Assinaturas:** Cláudio Bechara Abduche, Presidente. Marcelo Augusto Raposo da Mota, Secretário. Acionistas: Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (p. Cláudio Bechara Abduche e Marcelo Augusto Raposo da Mota), VIAS Participações I S.A. (p. Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes e José Guilherme Cruz Souza). Confere com o original lavrado em livro próprio. Niterói, 25/02/2022. Mesa: **Cláudio Bechara Abduche** - Presidente; **Marcelo Augusto Raposo da Mota** - Secretário. **Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.** Cláudio Bechara Abduche / Marcelo Augusto Raposo da Mota; **Vias Participações I S.A.** Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes / José Guilherme Cruz Souza. Jucejra nº 4802541 em 11/03/2022. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

SAAB PARTICIPAÇÕES III S.A.
CNPJ/ME nº 42.292.007/0001-74 - NIRE 33.300.339.566
Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 1. Hora, Data e Local: Às 10h do dia 15/03/2022, na sede social da SAAB Participações III S.A. ("Cia."), localizada na Rua México nº 11, apto. 701, parte, Centro, na Cidade de RJ, Estado do RJ, CEP 20.031-903. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, conforme disposto no § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S.A."), haja vista a presença da única acionista da Cia., representando a totalidade do capital social da Cia., qual seja, a SAAB Participações II S.A. ("Acionista"), conforme se constata através da Lista de Presença de Acionistas (**Anexo I**). **3. Mesa:** Presidente: Leonardo das Chagas Righetto; e Secretário: Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Observados os impedimentos legais, foram tomadas as seguintes deliberações: **4.1.** Aprovar o aumento do capital social da Cia. em R\$ 875.000.000,00, mediante a emissão de 875.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, fixado com base no art. 170, § 1º, inciso II, da Lei das S.A., passando o capital social da Cia. de R\$ 2.500,00 para R\$ 875.002.500,00, observado o disposto abaixo ("**Aumento de Capital Social**"). O Aumento de Capital Social será subscrito nesta data, sendo certo que a respectiva integralização será efetuada pela Acionista da seguinte forma: (i) R\$ 500.000.000,00 até a data da 1ª integralização das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, da 1ª emissão da Cia., no valor total de R\$ 2.000.000.000,00, na data de emissão ("**Debêntures**"), as quais serão objeto de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16/01/2009, conforme alterada, e demais disposições e regulamentações aplicáveis, conforme termos e condições a serem previstos no "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da SAAB Participações III S.A." a ser celebrado entre a Cia., na qualidade de emissora das Debêntures, a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de representante dos titulares das Debêntures, a Vias Participações I S.A., a Acionista e a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., na qualidade de fiadoras ("**Escritura de Emissão**"); e (ii) R\$ 375.000.000,00, a qualquer tempo, a exclusivo critério da Acionista, nos termos do boletim de subscrição constante no **Anexo II** à presente ata. **4.2.** Em virtude da deliberação acima, aprovar a alteração do art. 5º do Estatuto Social da Cia., o qual passará a vigorar com a seguinte redação: "**Art. 5º. O capital social da Cia., totalmente subscrito e parcialmente integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 875.002.500,00, dividido em 875.002.500 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.**" **4.3.** Autorizar a diretoria da Cia. e/ou seus procuradores, conforme o caso, a praticar(em) todos os atos necessários relacionados à implementação, realização e formalização das deliberações tomadas nesta assembleia. **4.4.** Ratificar todos os atos já praticados pela diretoria da Cia. ou seus procuradores, conforme o caso, relacionados às matérias constantes dos itens acima. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a ata a que se refere esta assembleia, sob a forma sumária, nos termos do art. 130, §1º, da Lei das S.A., a qual foi lida, aprovada e assinada. **6. Assinaturas:** Presidente: Leonardo das Chagas Righetto; e Secretário: Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes; Secretário. Acionista presente: SAAB Participações II S.A. (p. Leonardo das Chagas Righetto e Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes). Confere com o original lavrado em livro próprio. Niterói, 15/03/2022. Leonardo das Chagas Righetto - Presidente; Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes - Secretário.

MILOS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. (Antiga denominação: LIBRA SUL S.A. - Em Recuperação Judicial)

CNPJ 02.301.598/0001-84

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Companhia apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

Ativo	2020	2019
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	-	1
Não circulante		
Partes relacionadas	13.662	13.662
	13.662	13.662
Total do ativo	13.662	13.663

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto Operacional: A Milos Administração e Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado e tem por objeto social a participação em outras empresas, empreendimentos ou qualquer outra forma de associação. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis. **3. Principais práticas contábeis:** a-) Auração do Resultado: O resultado das operações realizadas pela companhia é apurado pelo regime de competência; b-) Reconhecimento e mensuração de Ativo e Passivo: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis e atualizados quando for o caso até a data do balanço. **4. Partes Relacionadas:** A companhia mantém operações comerciais e financeiras com suas controladas, coligadas e outras empresas.

Ativo - Valores a receber	2020	2019
Imbituba Empreendimentos e Participações S.A.	12.238	12.238
Libra Terminal Imbituba Ltda.	918	918
Brasportos Operadora Portuária S.A.	506	506
	13.662	13.662

Passivo - Valores a pagar	2020	2019
Libra Administração e Participações S.A.	4.423	4.423
Libra Holding Ltda.	3.897	3.897
Rodocarga Operadora Portuária S.A.	3.611	3.611
Imbituba Empreendimentos e Participações S.A.	800	800
Megara Empreendimentos e Participações Ltda.	160	160
Libra Terminal Imbituba Ltda.	52	52
Ariate Imobiliária e Participações S.A.	22	22
	12.965	12.965

Passivo e patrimônio líquido negativo	2020	2019
Circulante		
Obrigações tributárias	647	647
Partes relacionadas	12.965	12.965
	13.612	13.612
Não circulante		
Provisão para perdas com investimentos	23.284	20.066
	23.284	20.066
Total do passivo	36.896	33.678

Patrimônio líquido negativo	2020	2019
Capital social	8.781	8.781
Prejuízos Acumulados	(32.015)	(28.796)
Total do patrimônio líquido negativo	(23.234)	(20.015)
Total do passivo e patrimônio líquido negativo	13.662	13.663

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido negativo	Total do patrimônio líquido negativo
Em 31 de dezembro de 2018	8.781	(26.385)	(17.604)	(35.208)
Prejuízo do exercício	-	(2.411)	(2.411)	(4.822)
Em 31 de dezembro de 2019	8.781	(28.796)	(20.015)	(47.592)
Prejuízo do exercício	-	(3.219)	(3.219)	(6.438)
Em 31 de dezembro de 2020	8.781	(32.015)	(23.234)	(46.468)

5. Investimentos e Provisão para perdas com investimentos: a) Os investimentos da companhia são atualizados pelo método de equivalência patrimonial; b) Os valores dos investimentos cujo o Patrimônio Líquido estão negativos, são apresentados no passivo na rubrica "Provisão para perdas com investimentos".

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Participação %	Patrimônio líquido (negativo)	Investimento / Provisão para perdas com investimentos	Participação no resultado das controladas e coligadas	Patrimônio líquido (negativo)	Investimento / Provisão para perdas com investimentos
Imbituba Empreendimentos e Participações S.A.	49,00	(47.408)	(23.230)	(3.173)	(40.933)	(20.057)
Libra Terminal Imbituba Ltda.	50,00	(288)	(144)	(45)	(198)	(99)
Terminal Privativo de Imbituba S.A.	50,00	1	-	-	1	-
Agio - Libra Terminal Imbituba Ltda.	-	-	90	-	90	-
			(23.284)		(3.218)	(20.066)

Ronaldo Borges - Diretor Executivo - CPF: 093.301.197-00

Fabio da Silva Baptista - Contador - CRC-SP-170223/O-8.

MILOS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 02.301.598/0001-84

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Companhia apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	-	-
Não circulante		
Partes relacionadas	13.659	13.662
	13.659	13.662
Total do ativo	13.659	13.662

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto Operacional: A Milos Administração e Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado e tem por objeto social a participação em outras empresas, empreendimentos ou qualquer outra forma de associação. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis. **3. Principais práticas contábeis:** a-) Auração do Resultado: O resultado das operações realizadas pela companhia é apurado pelo regime de competência; b-) Reconhecimento e mensuração de Ativo e Passivo: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis e atualizados quando for o caso até a data do balanço. **4. Partes Relacionadas:** A companhia mantém operações comerciais e financeiras com suas controladas, coligadas e outras empresas.

Ativo - Valores a receber	2021	2020
Imbituba Empreendimentos e Participações S.A.	12.238	12.238
Libra Terminal Imbituba Ltda.	915	918
Brasportos Operadora Portuária S.A.	506	506
	13.659	13.662

Passivo - Valores a pagar	2021	2020
Libra Administração e Participações S.A.	4.423	4.423
Libra Holding Ltda.	3.897	3.897
Rodocarga Operadora Portuária S.A.	3.611	3.611
Imbituba Empreendimentos e Participações S.A.	800	800
Megara Empreendimentos e Participações Ltda.	160	160
Libra Terminal Imbituba Ltda.	52	52
Ariate Imobiliária e Participações S.A.	22	22
	12.965	12.965

Passivo e patrimônio líquido negativo	2021	2020
Circulante		
Obrigações tributárias	647	647
Partes relacionadas	12.965	12.965
	13.612	13.612
Não circulante		
Provisão para perdas com investimentos	25.432	23.284
	25.432	23.284
Total do passivo	39.044	36.896

Patrimônio líquido negativo	2021	2020
Capital social	8.781	8.781
Prejuízos Acumulados	(34.166)	(32.015)
Total do patrimônio líquido negativo	(25.385)	(23.234)
Total do passivo e patrimônio líquido negativo	13.659	13.662

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio líquido negativo
Em 31 de dezembro de 2019	8.781	(28.796)	(20.015)
Prejuízo do exercício	-	(3.219)	(3.219)
Em 31 de dezembro de 2020	8.781	(32.015)	(23.234)
Prejuízo do exercício	-	(2.151)	(2.151)
Em 31 de dezembro de 2021	8.781	(34.166)	(25.385)

5. Investimentos e Provisão para perdas com investimentos: a) Os investimentos da companhia são atualizados pelo método de equivalência patrimonial; b) Os valores dos investimentos cujo o Patrimônio Líquido estão negativos, são apresentados no passivo na rubrica "Provisão para perdas com investimentos".

	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Participação %	Patrimônio líquido (negativo)	Investimento / Provisão para perdas com investimentos	Participação no resultado das controladas e coligadas	Patrimônio líquido (negativo)	Investimento / Provisão para perdas com investimentos
Imbituba Empreendimentos e Participações S.A.	49,00	(51.888)	(25.425)	(2.195)	(47.408)	(23.230)
Libra Terminal Imbituba Ltda.	50,00	(195)	(97)	44	(288)	(144)
Terminal Privativo de Imbituba S.A.	50,00	1	-	-	1	-
Agio - Libra Terminal Imbituba Ltda.	-	-	90	-	90	-
			(25.432)		(2.151)	(23.284)

Ronaldo Borges - Diretor Executivo - CPF: 093.301.197-00

Fabio da Silva Baptista - Contador - CRC-SP-170223/O-8.

W.M. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ 33.497.967/0001-80

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o conjunto das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, compreendendo: a) Balanço Patrimonial b) Demonstração do Resultado do Exercício c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido d) Demonstração do Fluxo de Caixa. Acompanhamos os citados documentos as Notas Explicativas que, lidas em conjunto com as Demonstrações, refletem com clareza a situação financeira e patrimonial da sociedade. A Diretoria permanece ao inteiro dispor dos Senhores Acionistas, na sede social, para quaisquer esclarecimentos que se tornem necessários. Nova Iguaçu, 31 de janeiro de 2022. A Diretoria.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

ATIVO	31.12.2021	31.12.2020
ATIVO CIRCULANTE	30.485.841,12	28.356.570,98
Disponíveis	2.759.659,08	87.975,65
Caixa	8.181,60	8.780,46
Bancos Conta Movimento	2.751.477,48	79.195,19
Créditos	3.288.686,28	3.147.408,89
Adiantamento a Terceiros	2.370.826,42	1.946.771,40
Depósitos Judiciais	7.277,44	7.277,44
Aluguéis a Receber	862.893,22	1.145.670,85
Aplicações e Retenções	39.273,53	39.273,53
Tributos e Contribuições Compensáveis	8.415,67	8.415,67
Imóveis a Comerc. e Estoques	24.437.495,76	25.121.186,44
Terenos a Comerc.	141.316,00	1.299.888,56
Imóveis Concluídos	6.977.790,15	6.977.790,15
Beneficiários Imóveis Concluídos	39.587,68	39.587,68
Custos e Projetos	17.265.210,75	16.790.328,87
Beneficiários Imóveis de Terceiros	13.591,18	13.591,18
Ativo Não Circulante	35.476,73	35.476,73
Investimentos	6.575,44	6.575,44
Imobilizado	1.728,20	1.728,20
Máquinas e Equipamentos	5.108,00	5.108,00
Veículos	295.264,41	295.264,41
Móveis e Utensílios e Instalações	76.463,66	76.463,66
Depreciações Acumuladas	(375.107,87)	(375.107,87)
Intangível	27.173,09	27.173,09
Direito de Uso Linha Telefônica	27.173,09	27.173,09
Programas e Periféricos	2.726,00	2.726,00
Depreciações/Amortizações	(2.726,00)	(2.726,00)
Total do Ativo	30.521.317,85	28.392.047,71

PASSIVO	31.12.2021	31.12.2020
Passivo Circulante	203.015,87	193.117,07
Obrigações C/Pess. e Previdência	139.355,55	146.174,59
Imposto Retido na Fonte a Recolher	3.337,99	3.626,79
ISS a Recolher	1.025,90	0,00
PIS a Recolher	2.381,33	4.344,92
Cofins a Recolher	10.856,18	19.984,37
Previdência Social a Recolher	4.836,85	5.280,15
FGTS a Recolher	1.379,44	1.382,98
Provisão de Férias	26.210,82	24.611,08
Imposto de Renda a Recolher	65.457,88	57.114,07
Contribuição Social	23.869,16	29.830,23
Créditos Diversos	63.660,32	46.942,48
Outros Créditos	63.660,32	46.942,48
Não Circulante	337.400,00	790.750,00
Exigível a Longo Prazo	337.400,00	790.750,00
Rodobens Adm. Promoções Ltda.	337.400,00	337.400,00
Roberto Souza Francisco	0,00	226.675,00
Raul Souza Francisco	0,00	226.675,00
Patrimônio Líquido	29.980.901,98	27.408.180,64
Capital Social	15.000.000,00	15.000.000,00
Capital Subscrito	15.000.000,00	15.000.000,00
Reserva de Lucros	14.980.901,98	12.408.180,64
Reserva de Lucros	14.980.901,98	12.408.180,64
Total do Passivo	30.521.317,85	28.392.047,71

Iguaçu - Rio de Janeiro, que tem como objeto social "compra e venda de imóveis próprios". **Nota 2: apresentação das demonstrações contábeis.** A empresa declara que as demonstrações contábeis, sendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado (DR), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base as Leis nº 11.638, de 2007 e 11.941, de 2009, o pronunciamento técnico PME - Contabilidade para pequenas e médias empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), nas resoluções CFC nº 1.255/2009 (NBC TG 1000), nº 1.374/2011 (NBC TG - Estrutura Conceitual) e nº 1.185/2009 (NBC TG 26 (R5)). Na elaboração do conjunto completo das demonstrações contábeis para as pmes, a empresa deixou de apresentar a demonstração do resultado abrangente (DRA), por estar esta contida na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), uma vez que as únicas alterações havidas no Patrimônio Líquido são oriundas do Resultado do Exercício. **Nota 3: Resumo das Práticas Contábeis.** A) As Receitas e Despesas são contabilizadas observando-se o regime de competência, conforme preceitua o art. 177 da Lei nº 6.404, de 1976; B) o PIS e a COFINS foram calculados, com base no regime cumulativo, às alíquotas de 0,65% e 3%, respectivamente, aplicáveis sobre a receita bruta mensal; C) receita bruta de vendas - R\$ 6.241.512,73 (-) deduções (R\$ 1.386.387,78) = receita líquida de vendas - R\$ 4.855.124,95. D) Ativo Circulante. O saldo da conta aluguéis a receber é de R\$ 862.893,22 estoques. Os imóveis destinados à venda estão demonstrados no livro registro de inventário. E) Ativo não Circulante. O

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	31.12.2021	31.12.2020
Receita de Aluguel	1.616.512,73	1.823.302,51
Receita de Venda de Imóvel	4.625.000,00	-
Custo da Venda	(1.158.572,56)	-
Impostos Incidentes	(227.815,22)	(66.550,53)
Receita Líquida	4.855.124,95	1.756.751,98
Despesas	(1.691.648,52)	(909.115,35)
Lucro Bruto	3.163.476,43	847.636,63
Outras Receitas	32.221,62	7.192,00
Outras Despesas	(117.694,76)	(39.258,42)
Lucro Líquido	3.078.003,29	815.570,21
Contribuição Social	(99.405,51)	(53.158,37)
Result. Exerc. antes do IR	2.978.597,78	762.411,84
Provisão p/Imposto de Renda	(205.876,44)	(123.662,14)
Result. Exerc. após CSLL / IRPJ	2.772.721,34	638.749,70
Lucro Líquido do Exercício	2.772.721,34	638.749,70



UNIP
B3 LISTED

UNIPAR CARBOCLORO S.A.

Companhia Aberta: (B3: UNIP3, UNIP5 e UNIP6)
CNPJ/ME 33.958.695/0001-78 - NIRE nº 35.300.454.758
www.unipar.com



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2021

Prezados Acionistas, A Administração da Unipar Carbochloro S.A. ("Companhia" ou "Unipar") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, normas emitidas pela CVM e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

PERFIL

A Unipar Carbochloro S.A. (B3: UNIP3, UNIP5 e UNIP6), (Fitch Ratings: AA+(bra)) ("Unipar", "Companhia"), é uma empresa de origem brasileira, constituída em 28 de maio de 1969 com atuação no segmento químico e petroquímico através de suas três unidades produtivas localizadas estrategicamente em Cubatão (SP/Brasil), Santo André (SP/Brasil), e Bahia Blanca (Argentina) para atender a demanda do Brasil e de outros países. A Unipar também possui participação na Solalban, empresa de geração de energia na Argentina e na Tucano Holding, empresa de geração eólica de energia no Brasil. Com atuação em setores de capital intensivo, a Unipar, desde sua fundação, contribui com o desenvolvimento industrial do Brasil, tendo o mercado de capitais e bancário como fontes de recursos financeiros e busca continuamente geração de valor aos seus acionistas e demais stakeholders. A empresa se destaca como a maior produtora de cloro/soda da América do Sul e a segunda maior na produção de PVC (poliuretano de vinila), produzindo, também, o hipoclorito de sódio, ácido clorídrico, além do dicloroetano e o monocloro de vinila, ambos utilizados exclusivamente na produção do PVC. Os produtos da Unipar são insumos para as indústrias têxteis, de papel e celulose, alimentos, bebidas, remédios, construção civil, desinfetantes e tratamento de água, dentre outros. A empresa conta com cerca de 1.400 colaboradores e possui as certificações internacionais ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001 e o Atuação Responsável para suas três plantas, tendo sido pioneira em questões de segurança e proteção ambiental. A Companhia busca assegurar transparência e equidade na divulgação de suas informações e está comprometida com as boas práticas de governança corporativa. A estratégia corporativa está segmentada em quatro pilares: Pessoas, Excelência Operacional, Foco no Negócio do Cliente e Sustentabilidade, guiando os resultados apresentados no ano e preparando a empresa para um futuro de crescimento com a visão de ser referência global em nosso mercado de atuação e focar no crescimento com transparência e responsabilidade.

DESEMPENHO OPERACIONAL

O principal indicador operacional das plantas da Unipar é sua utilização da capacidade instalada. Em 2021, a utilização da capacidade instalada na planta de Cubatão foi de 91%, acima dos 82% registrados em 2020. Na planta de Santo André, o índice de utilização foi de 73%, considerando que, no 2º trimestre de 2021, foi realizada a parada programada no Polo Petroquímico de São Paulo. A planta de Bahia Blanca também teve uma parada programada no mês de outubro, atingindo 72% de utilização da capacidade. Segundo dados divulgados pela ABICLOR, que congrega a maioria dos produtores nacionais de cloro/soda, a utilização de capacidade de cloro/soda no Brasil atingiu 66% de utilização em 2021, superando o valor de 52% registrado em 2020.

Em relação aos preços internacionais dos produtos comercializados pela Unipar, o preço médio de exportação da soda cáustica (base US Gulf Coast) registrou aumento de 59% em 2021 frente a 2020, em função do cenário de restrição de oferta foi predominante ao longo de 2021, com interrupções não programadas nos EUA e Europa e redução na China, decorrente do programa de conservação de energia.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	156.135	371.734	331.177
Aplicações financeiras	5	402.732	52.646	1.291.272
Contas a receber de clientes	6	173.595	105.132	676.256
Impostos a recuperar	7	55.676	8.938	68.187
Estoque	8	79.609	39.446	442.130
Despesa antecipada		1.192	875	3.113
Créditos com empresas ligadas	10	47.253	-	-
Outros	11	13.566	5.862	30.692
		929.758	584.633	2.842.827
Não circulante				
Contas a receber de clientes	6	38.759	28.644	-
Impostos a recuperar	7	104.729	7.867	693.891
Estoque	8	25.700	22.041	62.657
Depósitos judiciais	9	34.192	53.321	34.232
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	142.971
Créditos com empresas ligadas	10	245.516	213.500	-
Outros	11	20.055	9.692	41.803
		468.951	335.065	832.583
Investimentos	12	2.433.484	937.817	104.995
Imobilizado	13	863.044	867.712	2.159.924
Intangível	14	284.069	278.566	307.879
		3.580.597	2.084.095	2.572.798
		4.049.548	2.419.160	3.405.381
		4.979.306	3.003.793	6.248.208
Total do ativo				

Para o PVC, o descolamento oferta/demanda, devido à restrição da oferta no mercado internacional, com diversas unidades no mundo ainda fora de operação por paradas não programadas/força maior resultou em um aumento de 94% no preço médio de exportação do PVC (base US Gulf Coast), em 2021, frente ao ano anterior.

DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA
A receita operacional líquida consolidada, em 2021, foi de R\$ 6.289,4 milhões com crescimento de 62,6% em relação a 2020, impulsionada pelo crescimento dos preços internacionais do PVC e da soda cáustica e do volume de vendas de soda cáustica e clorados.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV)
No ano de 2021, o CPV consolidado foi de R\$ 3.486,6 milhões, 37,6% superior a 2020 devido ao aumento de volume e preços dos insumos, notadamente etileno e encargos sobre energia elétrica.

DESPESAS E EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL
As despesas com vendas consolidadas foram 12,7% superior em relação a 2020, em função, do frete decorrente do maior volume de vendas, além do aumento do custo de frete. As despesas gerais e administrativas, foram de R\$ 409,0 milhões, 7,2% superior a 2020, decorrente principalmente, de consultorias e assessorias jurídicas relacionadas aos projetos de energia (Complexo Solar de Pirapora/MG e Complexo Eólico de Cajunã/RN) e relacionados ao acordo assinado com a vendedora da Unipar Indupa SAIC, além de provisão de PLR. As outras receitas (despesas) líquidas, registraram, em 2021, a receita de R\$ 751,0 milhões proveniente do acordo realizado em dezembro/2021 com a vendedora da Unipar Indupa SAIC e de crédito referente a processos de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. O Resultado de Equivalência Patrimonial Consolidado, referente aos resultados de participação nas empresas de energia Solalban e Tucano Holdings III, foi negativo em R\$ 2,5 milhões.

EBITDA (calculado de acordo com a Instrução CVM nº 527/12)
Em 2021, o EBITDA consolidado foi de R\$ 3.163,8 milhões, 234,3% superior a 2020 e margem de 50,3%, resultante, principalmente dos resultados operacionais positivos e efeitos não-recorrentes (ajuste de preço de aquisição da Unipar Indupa SAIC e crédito de processos de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS).

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO
O resultado financeiro líquido consolidado passou de R\$ 147,4 milhões negativos em 2020 para R\$ 90,8 milhões positivos em 2021, com tais variações influenciadas pelo efeito da variação monetária positiva sobre o crédito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, parcialmente compensado pela aplicação do IAS 29, juros e demais encargos sobre empréstimos.

LUCRO LÍQUIDO
A Unipar registrou um lucro líquido consolidado de R\$ 2.003,8 milhões, 441,3% superior a 2020, tendo como efeitos não-recorrentes o crédito referente aos processos de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS e ajuste de preço de aquisição relacionado ao acordo realizado em dezembro/2021 com a vendedora da Unipar Indupa SAIC no 4T21, além dos resultados operacionais positivos ao longo do ano.

ENDIVIDAMENTO
Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apresentava dívida líquida consolidada, com saldo negativo em R\$ 147,6 milhões. Em 2021, a dívida bruta aumentou em 106,7% devido a 6ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 350,0 milhões, 3ª emissão de notas promissórias no valor total de R\$ 200,0 milhões e 7ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 500,0 milhões, parcialmente

compensado pela amortização parcial da 2ª série da 4ª emissão de debêntures, conforme cronograma original e amortização de empréstimos de capital de giro. Em dezembro/2021, a Companhia celebrou um acordo para o pré-pagamento do débito com terceiros, finalizando, assim, a dívida contraída em 2016 por ocasião da aquisição da Unipar Indupa SAIC. Neste período, o programa de recompra de ações representou uma alocação de recursos de R\$ 0,4 milhão.

SUSTENTABILIDADE

Abaixo, são apresentadas algumas ações mais recentes da Companhia que se inserem no conceito de Sustentabilidade da Companhia.

A Unipar está presente em 3 projetos de energia limpa que, a partir de 2024 atenderão cerca de 80% da energia consumida nas plantas do Brasil. O primeiro acordo de investimento para constituição de uma Joint Venture com a AES Brasil foi assinado em 2020 para geração de energia eólica no Estado da Bahia e já se encontra em construção. O segundo projeto, será uma parceria com a Atlas Renewable para geração de energia solar no Estado de Minas Gerais. No final de 2021, a Unipar divulgou mais um projeto com a AES Brasil para produção de energia eólica no Estado do Rio Grande do Norte. Em continuidade aos investimentos sociais da Unipar, a Companhia realizou em 2021, a seleção de projetos com foco em ações que ajudam a reduzir os impactos sociais negativos causados pela pandemia que atingem comunidades mais vulneráveis, doação de cestas básicas às comunidades carentes no entorno das plantas, doação de água sanitária e hipoclorito de sódio para auxílio na desinfecção e disponibilização de cilindros para oxigênio. O Projeto Pescar também se destaca em seu segundo ano consecutivo como um curso socioprofissionalizante para o desenvolvimento de conhecimentos técnicos, pessoais e de cidadania aos jovens da região.

DIVIDENDOS PROPOSTOS

A Assembleia Geral Ordinária prevista para 20 de abril de 2022 irá deliberar, dentre outros assuntos, o pagamento de dividendos adicionais de R\$ 250 milhões referentes ao exercício de 2021. Considerando tal aprovação, a Administração terá distribuído R\$ 1.491 milhões referentes ao exercício de 2021 e R\$ 154,8 milhões da reserva de lucros.

AUDITORES INDEPENDENTES

O respeito aos princípios de independência profissional é parte integrante das políticas da Companhia para contratação de serviços de auditoria independente. Estes princípios internacionalmente aceitos consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Atendendo ao disposto na Instrução CVM nº 381/2003, informamos que durante o exercício de 2018 foram contratados apenas serviços de auditoria e revisão das demonstrações financeiras e das informações trimestrais, arquivadas na CVM.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referentes às mesmas.

A ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.350.671	464.489	3.035.323	601.157
Depreciação e amortização	90.086	87.448	219.353	197.951
Efeito da aplicação do IAS 29 (Hiperinflação)	-	-	61.821	(6.830)
Basas de ativos	1.071	340	1.623	968
Provisões (reversão) para demandas judiciais	16.509	(2.400)	48.837	(674)
Provisão de contingências ambientais	2.765	-	41.167	12.045
Provisão (Reversão) de juros, variações cambiais e outros encargos sobre empréstimos e débitos com terceiros	7.665	(21.206)	151.141	246.897
Provisão (Reversão) de créditos de liquidação duvidosa	(453)	(3.771)	1.259	(1.554)
Reversão para ajustes de estoques	-	-	(368)	-
Provisão de encargos de energia elétrica	-	-	1.433	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1.264.909)	(193.647)	2.534	2.342
Pagamentos baseados em ações	-	-	24.770	-
Provisão de Recalculas com Contrato de Servidão	-	(1.600)	-	(1.600)
Receita com créditos reembolsáveis	(7.452)	-	(7.452)	-
Crédito PIS e COFINS (Exclusão ICMS da base de cálculo) corrigidos	(122.794)	-	(705.485)	-
	1.073.159	355.856	2.849.753	1.079.099
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(78.126)	692	(143.423)	(150.716)
Imposto a recuperar	43	6.270	30.689	25.386
Estoques	(43.821)	(3.149)	(241.183)	2.843
Outros ativos	(45.256)	(8.163)	(52.469)	34.414
Fornecedores	25.644	(2.560)	137.197	50.760
Salários e encargos sociais	19.007	18.192	43.438	37.909
Impostos, taxas e contribuições	6.364	38.853	(16.837)	111.501
Imposto de Renda e Contribuição Social	(9.882)	(8.991)	(122.871)	(51.565)
Obrigações de benefícios aos empregados	(105)	54	3.853	(142)
Outros passivos	42.293	1.586	54.714	8.111
	(40.682)	42.764	(256.693)	67.687
Caixa gerado pelas operações	1.032.477	398.620	2.593.060	1.146.796
Imposto de renda e contribuição social pagos	(103.962)	(62.964)	(303.159)	(78.150)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	928.515	335.656	2.289.901	1.068.636
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras líquidas de resgates	(350.086)	76.934	(1.102.364)	24.249
Compras de imobilizado e intangível	(59.126)	(45.298)	(266.310)	(132.264)
Adquisição de participação em empresa controlada	(1.034)	-	(1.034)	-
Aquisição de participação em empresa controlada em conjunto	(8.769)	(30.547)	(8,769)	(30,547)
Aporte de capital em empresa investida	(35.700)	(12.500)	(35,700)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(454.715)	(114.111)	(1.414,177)	(151,062)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos/debêntures	(325.286)	(157.156)	(1.052.919)	(228.357)
Pagamento de juros e outros encargos sobre empréstimos	(48.824)	(30.558)	(75,626)	(68,743)
Dividendos pagos	(1.365.042)	(110.562)	(1.365,042)	(110,562)
Captação de empréstimos e financiamentos	1.050.001	203.000	1.050,001	263,705
Recuperação de ações em tesouraria	(248)	(144,201)	(248)	(144,201)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(689,399)	(239,505)	(1,443,733)	(288,158)
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa de controlada no exterior	-	-	(25,866)	(6,099)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(215,599)	84,740	(593,676)	623,327
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	371,734	286,904	924,852	301,525
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	156,135	371,734	331,177	924,852

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Controladora		Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021
Receta operacional líquida	26	1.585.647	1.124.217	6.289.369
Custo dos produtos vendidos	27	(784.719)	(630.311)	(3.486.604)
Lucro bruto		800.928	493.906	2.802.765
Despesas com vendas	27	(67.020)	(51.689)	(197.736)
Despesas administrativas	27	(179.253)	(208.511)	(409.025)
Resultado de equivalência patrimonial	12	1.264.909	193.647	(2.534)
Ajuste de preço de aquisição	12	447.971	-	447.971
Outras despesas operacionais, líquidas	28	76.408	(2.686)	303.047
Lucro antes do resultado financeiro,				
Imposto de renda e contribuição social	2.343.943	424.667	2.944.488	748.520
Receitas financeiras	29	113.599	74.724	497.639
Despesas financeiras	29	(106.871)	(34.902)	(406.804)
Resultado financeiro líquido	6.728	39.822	90.835	(147.363)
Lucro antes do imposto de renda e de contribuição social	2.350.671	464.489	3.035.323	601.157
Imposto de renda e contribuição social	21	(85.907)	(96.823)	(1.031.490)
Lucro líquido do exercício	1.984.764	367.666	2.003.833	370.215
Lucro atribuído a:				
Participação dos controladores			1.984.764	367.666
Participação dos não controladores			19.069	2.549
Lucro por ação (expressos em reais)	30	19,74	3,62	3,98
Ordinárias		21,71	3,98	3,98
Preferências "A"		21,71	3,98	3,98
Preferências "B"		-	-	-

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021
Receta operacional líquida	26	1.585.647	1.124.217	6.289.369
Custo dos produtos vendidos	27	(784.719)	(630.311)	(3.486.604)
Lucro bruto	800.928	493.906	2.802.765	1.334.587
Despesas com vendas	27	(67.020)	(51.689)	(197.736)
Despesas administrativas	27	(179.253)	(208.511)	(409.025)
Resultado de equivalência patrimonial	12	1.264.909	193.647	(2.534)
Ajuste de preço de aquisição	12	447.971	-	447.971
Outras despesas operacionais, líquidas	28	76.408	(2.686)	303.047
Lucro antes do resultado financeiro,				
Imposto de renda e contribuição social	2.343.943	424.667	2.944.488	748.520
Receitas financeiras	29	113.599	74.724	497.639
Despesas financeiras	29	(106.871)	(34.902)	(406.804)
Resultado financeiro líquido	6.728	39.822	90.835	(147.363)
Lucro antes do imposto de renda e				

UNIPAR CARBOCLORO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em milhares de reais)

e) Alterações à IAS 16 - Imobilizado - recursos antes do uso pretendido

As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessários para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 2 - Estoques. As alterações esclarecem ainda o significado de 'testar se um ativo está funcionando adequadamente'. Atualmente, a IAS 16 determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos.

As alterações são aplicadas retrospectivamente, mas apenas para itens do imobilizado que são levados ao local e na condição necessária para que os mesmos sejam capazes de operar da maneira pretendida pela Administração no ou após o início do primeiro período apresentado nas demonstrações financeiras no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez.

A entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) no início do primeiro período apresentado.

f) Alterações à IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato

As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são reapresentados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial.

g) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020 - Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos e IAS 41 - Agricultura

As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas:

- IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
- A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1.D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou *joint venture* que utiliza a isenção contida na IFRS 1.D16(a).
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros
- A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas no ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez.
- IFRS 16 - Arrendamentos
- A alteração exclui o exemplo de reembolso de beneficiários em imóveis de terceiros.

Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida.

h) IAS 41 - Agricultura

A alteração exclui a exigência na IAS 41 para que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação no mensuramento do valor justo. Isso afeta a mensuração do valor justo na IAS 41 às exigências na IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo para o uso de dados de caixa e taxas de desconto intertemporalmente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada.

A alteração é aplicável prospectivamente, isto é, mensurações de valor justo no ou após a data em que a entidade aplica inicialmente a alteração.

i) Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras e Declaração da Prática 2 da IFRS - Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis

As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". A divulgação da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros acontecimentos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são relevantes por si só.

j) IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Definição de Estimativas Contábeis

A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos:

- Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro;
- Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores.

k) Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Definição de Estimativas Contábeis

O Board acrescentou dois exemplos (Exemplos 4-5) na Orientação sobre a implementação da IAS 8, que acompanha a Norma. O Board excluiu um exemplo (Exemplo 3) uma vez que poderia causar confusão à luz das alterações.

l) Alterações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento.

Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 11.

m) Alterações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

O Board acrescentou ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas. As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade reconhece:

- Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos:

- Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento
- Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo
- O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.

3.23. Principais julgamentos contábeis e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote pressupostos que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. A Companhia revisa suas estimativas ao menos anualmente e o grau de revisão depende da natureza das transações e do cenário econômico. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e pressupostos que possuem risco significativo de sofrer ajustes relevantes quando da apuração dos resultados reais estão apresentadas a seguir:

a) Obrigações com benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a seus funcionários que levam ao provisionamento de futuros desembolsos. Para determinar os valores justos destes benefícios e dos ativos que possam cobri-los, a Companhia utiliza premissas atuariais, tais como taxas de mortalidade, rotatividade etc., e premissas financeiras, tais como taxas de inflação futura, taxas de desconto etc.

b) Provisões para processos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A determinação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos.

c) Recuperação de créditos fiscais diferidos

A Administração realizou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelos órgãos de Administração e examinados pelo Conselho Fiscal. Os estudos técnicos de viabilidade consideram estimativas que estão relacionadas ao desempenho da Companhia, assim como o comportamento do mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Mudanças no cenário de negócio podem afetar a previsão de recuperabilidade desses créditos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	12.544	1.533	38.418	10.852
Aplicações financeiras de curto prazo	143.591	370.201	292.759	914.090
	156.135	371.734	331.177	924.942

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, possuem remuneração associada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, estão sujeitos a um risco insignificante de mudança em seu valor e têm possibilidade de resgate a qualquer momento.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Cotas de Fundos de Investimentos	402.732	52.646	1.291.272	188.908
C	402.732	52.646	1.291.272	188.908

Os Certificados de Depósito Bancário - CDBs possuem remuneração associada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI com baixo risco de crédito.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Nacionais	172.464	106.278	633.497	572.724
Exterior	139	-	100.589	21.759
Partes relacionadas (Nota 10)	46.484	34.684	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.733)	(7.186)	(57.830)	(60.391)
	212.354	133.776	676.256	534.092

A Administração realizou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelos órgãos de Administração e examinados pelo Conselho Fiscal. Os estudos técnicos de viabilidade consideram estimativas que estão relacionadas ao desempenho da Companhia, assim como o comportamento do mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Mudanças no cenário de negócio podem afetar a previsão de recuperabilidade desses créditos.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Terranos	-	-	301.177	-
Edificações e Construções	3,33%	6,67%	3,33%	6,67%
Equipamentos e Instalações	5%	10%	5%	10%
Veículos	20%	20%	20%	20%
Móveis e Utensílios	10%	10%	10%	10%
Demais bens	10%	10%	10%	10%
Imobilizado em andamento	-	-	48.912	48.912
	-	-	1.769.228	(906.184)
	-	-	863.044	867.712

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Matérias-primas	35.376	13.138	91.192	47.262
Produtos em processo	5.303	3.935	42.603	19.318
Produtos acabados	17.503	7.638	199.792	62.022
Materiais auxiliares e embalagens	13.377	5.279	59.264	30.921
Materiais de manutenção e reparos	33.750	31.497	111.936	99.429
	105.309	61.487	504.787	258.952
Circulante	79.609	39.446	442.130	189.238
Não circulante	25.700	22.041	62.657	69.714

Os materiais de manutenção e reparos são itens mantidos para assegurar a continuidade das operações das plantas em caso de avarias eventuais nas máquinas e equipamentos da produção e em função do giro são classificados como circulante ou não circulante.

9. DEPOSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Tributários	33.002	52.161	33.002	52.161
Cíveis	-	-	40	40
Trabalhistas	1.190	1.160	1.190	1.160
	34.192	53.321	34.232	53.361
	34.192	53.321	34.232	53.361

Na Controladora o montante dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2021 é composto, substancialmente, pelos seguintes processos:

10. PARTES RELACIONADAS

	2020		2021	
	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Saldos Transações
Contas a receber de clientes	6.040	28.644	213.500	(181)
Empresas ligadas	-	-	(181)	-
Outros Passivos	-	-	(3.774)	(5.514)
Energia elétrica	-	-	-	14.677
Vendas	-	-	18.359	23.457
Compras compartilhadas	-	-	-	16.577
Gastos	-	-	-	12.487
Receita Financeira (Juros/Varição Cambial)	-	-	-	52.274
	6.040	28.644	213.500	181

A controladora em conjunto Tucano III, para exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não realizou nenhum tipo de operação com a Companhia.

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") para contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	(7.186)	(10.957)	(60.391)	(64.520)
Adições	-	(1.705)	(1.734)	(4.443)
Reversões	453	21	475	542
Baixas	-	5.455	-	5.455
Ajustes de conversão	-	-	3.820	2.575
Saldo Final	(6.733)	(7.186)	(57.830)	(60.391)

Historicamente o percentual de perda de crédito esperada da Companhia e suas controladas, para os títulos vencidos até 90 dias aproxima-se de zero. Para os títulos vencidos acima de 90 dias não renunciados e o clientes que eventualmente decorrem falência ou entram em recuperação judicial, a Companhia reconhece perdas de crédito esperadas de 100% do saldo em aberto. A parcela mais significativa de PCLD é composta de casos excepcionais de poucos clientes que decretaram falência ou entraram em recuperação judicial.

As adições e reversões da PCLD são registradas no resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". Os valores da provisão são baixados, em conjunto com as contas a receber correspondentes, quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

11. IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IRRF/IRPJ e CSLL a recuperar	-	3.054	-	6.150,04
ICMS	11.045	10.204	23.338	22.551
PIS e COFINS	145.576	-	728.267	-
INSS a compensar	1.874	1.874	1.874	1.874
Títulos de precatórios	1.373	1.373	1.373	1.373
IVA e outros créditos fiscais - Argentina	-	-	4.744	1.744
Restituições a exportações - Argentina	-	-	1.763	1.287
Outros	537	300	713	405
	160.405	16.805	762.078	44.238
	55.676	8.938	68.187	29.165
	104.729	7.867	693.891	15.073

Circulante
Não circulante
IRRF/IRPJ/CSLL: Corresponde basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre operações financeiras e antecipação/saldo negativo de imposto de renda e contribuição social, realizáveis com imposto de renda e contribuição a pagar sobre os lucros ou compensáveis com outros tributos federais no caso dos saldos negativos. Em dezembro de 2021 na controladora e na controlada Indupa Brasil foi utilizado IRRF no valor de R\$ 7.320 e R\$ 6.000 respectivamente, para deduzir o valor do IRPJ a ser recolhido.

ICMS: Refere-se a créditos provenientes de aquisições de ativo imobilizado, os quais estão reconhecidos no ativo circulante e não circulante com prazo de amortização de 1/48 avos.

PIS/COFINS: Refere-se ao crédito sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo, sendo na controladora um processo do período de novembro de 2001 a setembro de 2006 conforme requerimento no montante de R\$ 7.320 e R\$ 6.000 respectivamente, para deduzir o valor do IRPJ a ser recolhido.

ICMS: Refere-se a créditos provenientes de aquisições de ativo imobilizado, os quais estão reconhecidos no ativo circulante e não circulante com prazo de amortização de 1/48 avos.

PIS/COFINS: Refere-se ao crédito sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo, sendo na controladora um processo do período de novembro de 2001 a setembro de 2006 conforme requerimento no montante de R\$ 7.320 e R\$ 6.000 respectivamente, para deduzir o valor do IRPJ a ser recolhido.

ICMS: Refere-se a créditos provenientes de aquisições de ativo imobilizado, os quais estão reconhecidos no ativo circulante e não circulante com prazo de amortização de 1/48 avos.

PIS/COFINS: Refere-se ao crédito sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo, sendo na controladora um processo do período de novembro de 2001 a setembro de 2006 conforme requerimento no montante de R\$ 7.320 e R\$ 6.000 respectivamente, para deduzir o valor do IRPJ a ser recolhido.

ICMS: Refere-se a créditos provenientes de aquisições de ativo imobilizado, os quais estão reconhecidos no ativo circulante e não circulante com prazo de amortização de 1/48 avos.

PIS/COFINS: Refere-se ao crédito sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo, sendo na controladora um processo do período de novembro de 2001 a setembro de 2006 conforme requerimento no montante de R\$ 7.320 e R\$ 6.000 respectivamente, para deduzir o valor do IRPJ a ser recolhido.

12. INVESTIMENTOS

Na Controladora o montante dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2021 é composto, substancialmente, pelos seguintes processos:

PER/DOCOMPS não homologadas pela Receita Federal

RS 438 (RS 28.117 em 31 de dezembro de 2020) para garantir disputa de causa de natureza passiva com probabilidade de perda avaliada pelos consultores jurídicos como remota. Em agosto de 2021 teve decisão favorável à Companhia, sendo levantado o valor parcial de R\$ 26.530. Já em dezembro de 2021 houve o valor de R\$ 1.446 foi convertido em renda a favor da União, ficando um saldo remanescente em favor da Companhia. R\$ 8.249 (sem valor em 31 de dezembro de 2020) refere-se a compensações de PIS e COFINS do exercício de 2015, avaliada pelos consultores jurídicos como possível.

Goyana S.A. Indústrias de Matérias Plásticas ("Goyana")

RS 14.764 (RS 14.444 em 31 de dezembro de 2020) de cinco causas de sua ex-controlada Goyana onde a Companhia é colocada no polo passivo e solicita sua exclusão, avaliadas pelos consultores jurídicos como possível.

Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

RS 9.393 (RS 9.995 em 31 de dezembro de 2020) refere-se à correção monetária das parcelas do IRPJ, Imposto de Renda sobre o Lucro líquidos e Contribuição social sobre Lucro Líquido, todos apurados no exercício de 1990.

13. IMOBILIZADO

	2020		2021	
	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Saldos Transações
Contas a receber de clientes	6.040	28.644	213.500	(181)
Empresas ligadas	-	-	(181)	-
Outros Passivos	-	-	(3.774)	(5.514)
Energia elétrica	-	-	-	14.677
Vendas	-	-	18.359	23.457
Compras compartilhadas	-	-	-	16.577
Gastos	-	-		

★ continuação

UNIPAR CARBOCLORO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em milhares de reais)

Consolidado	Adições líquidas de				Efeito de Aplicação da IAS 29	Ajustes de conversão	2020
	2019	transfêrências	Baixas	Depreciação			
Terenos	283.913	-	-	-	8.642	(2.087)	290.468
Edificações e Construção	249.203	11.591	-	(13.934)	10.765	(1.807)	255.818
Equipamentos e Instalações	1.177.699	119.969	(355)	(134.816)	58.289	(9.236)	1.211.550
Veículos	515	62	-	(175)	23	(35)	390
Móveis e Utensílios	4.351	1.503	-	(1.107)	652	(119)	5.280
Demais bens	7.975	5.525	(17)	(3.695)	568	-	10.356
Imobilizado em andamento (*)	167.061	14.377	-	-	109	(5.725)	175.822
	1.890.717	153.027	(372)	(153.727)	79.048	(19.009)	1.949.684
Consolidado	Adições líquidas de				Efeito de Aplicação da IAS 29	Ajustes de conversão	2021
2020	transfêrências	Baixas	Depreciação				
Terenos	290.468	-	-	-	14.600	(3.891)	301.177
Edificações e Construção	255.818	13.690	(476)	(14.812)	17.524	(4.343)	267.401
Equipamentos e Instalações	1.211.550	178.684	(40)	(137.804)	92.668	(25.850)	1.319.208
Veículos	390	158	-	(91)	114	(44)	527
Móveis e Utensílios	5.280	1.575	(6)	(1.119)	440	(319)	5.851
Demais bens	10.356	8.733	(1.041)	(4.570)	333	(257)	12.828
Imobilizado em andamento (*)	175.822	61.209	(60)	-	230,9	(6.748)	252.932
	1.949.684	264.049	(1.823)	(158.396)	148.562	(42.352)	2.159.824

(*) Os investimentos em andamento estão principalmente relacionados a melhoria das plantas e modernização dos sistemas de gestão integrada.
 A Companhia e suas controladas avaliam a recuperação do valor contábil dos seus imobilizados de acordo com o requerido pelo CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Para o exercício final em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.
 Com a aprovação do Congresso Nacional Brasileiro sobre a Convenção de Minamata (Decreto nº 9.470, de 14 de agosto de 2018), na qual prevê a eliminação da utilização de mercúrio nos processos de manufatura como a produção de cloro-álcalis, a Companhia no ano de 2021 finalizou os estudos para o encerramento da produção com a tecnologia de mercúrio e efetuou a depreciação dos seus ativos imobilizados que estão relacionados a esta tecnologia para que encorrem sua depreciação até o final de 2024, uma vez que não se espera obter mais benefícios econômicos futuros com eles.

14. INTANGÍVEL

Taxa anual de amortização	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ágio				
Direito de uso de Software	20%	20%	273.025	273.025
			11.044	5.541
			32.491	21.895
			294.960	279.561
			307.879	297.624

No exercício de 2013, a Unipar Participações S.A., antiga denominação da Unipar Carbochloro S.A., que não era operacional, adquiriu participação adicional de 50% no capital da Carbochloro Indústrias Químicas Ltda. ("Carbochloro"). Tendo em vista que a Unipar Participações S.A. já detinha outros 50% do capital da Carbochloro na data desta aquisição, a combinação de negócios foi tratada como uma combinação em estágios apurando um ágio total no montante de R\$ 273.025. A Carbochloro foi incorporada pela Companhia em 30 de setembro de 2013. Os saldos não são amortizados e só podem ser reduzidos pela venda do ativo relacionado ou por *Impairment*.

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Forneecedores nacionais	40.970	17.017	331.439	185.809
Forneecedores nacionais - imobilizado	3.486	10.412	16.222	25.115
Forneecedores nacionais - partes relacionadas	121	192	38	-
Forneecedores nacionais - risco sacado (*)	3.440	1.970	8.526	6.411
Forneecedores exterior	20.805	10.101	35.537	20.996
Forneecedores exterior - partes relacionadas	-	-	-	-
	68.822	39.692	391.762	238.342
	68.822	39.692	391.762	238.342

(*) A Companhia e suas controladas firmaram contratos com bancos parceiros para estruturar com os seus fornecedores a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco em troca do recolhimento antecipado do título. O banco, por sua vez, passa a ser credor da operação, sendo que a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. A operação não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores e, portanto, a Companhia classifica na rubrica de Fornecedores.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Moeda	Controladora		Consolidado		
	2021	2020	2021	2020	
Em moeda nacional					
Debêntures - Carbochloro (2021: CDI + 1,57% a.a. a 2020: CDI + 1,25% a.a.) (1)	R\$	289.311	337.653	289.311	337.653
Debêntures - Carbochloro (2021: CDI +1,90% a.a.) (2)	R\$	868.453	-	868.453	-
Capital de Giro - Carbochloro (2021 - CDI + 1,25% a.a. - 2020 - CDI + 2,78% a.a.) (3)	R\$	62.706	316.382	62.706	316.382
Capital de Giro Taxa Fixa - Indupa AR	R\$	-	2	1	-
BNDES - Carbochloro (TJLP + 2,33% a.a.) (4)	R\$	-	1.698	-	1.698
BNDES - Carbochloro (SELIC + 2,36% a.a.) (4)	R\$	-	2.139	-	2.139
BNDES - Indupa BR (TJLP + 1,40% a.a.) (5)	R\$	-	-	-	4.810
BNDES - Indupa BR (TP + 1,87% a.a.) (6)	R\$	-	17.845	-	25.872
BNDES - Indupa BR (TPCA + 2,14% a.a.) (6)	R\$	-	25.872	-	29.195
Nota Promissória - Carbochloro (2021: CDI + 1,85% a.a.) (7)	R\$	210.640	-	210.640	-
		1.431.110	657.872	1.474.829	713.540
		151.226	325.994	161.824	340.730
Circulante		1.279.884	331.978	1.313.005	727.810
Não circulante		-	-	-	-

(1) Debêntures simples, não conversíveis em ações e livres de garantia, emitidas em 28 de março de 2018, em duas séries, no total de R\$ 350.000, destinadas ao alongamento do perfil do endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar o seu caixa. A 1ª série no valor de R\$ 210.170, o valor 93% do seu montante alongado por meio da 5ª emissão de debêntures em 10 de Junho de 2019, o valor principal não alongado, foi amortizado em 20 de março de 2020, o valor correspondente a 5ª emissão será amortizado em três parcelas anuais a partir de 12 de Junho de 2023. A 2ª série no valor de R\$ 139.830 teve a primeira parcela amortizada em 19 de março de 2021 e a segunda será amortizada em 20 de março de 2022. Os juros são pagos semestralmente para ambas as emissões.
 (2) (i) Debêntures simples, não conversíveis em ações e livres de garantia, emitidas em 30 de abril de 2021, em duas séries, no total de R\$ 350.000, destinadas ao alongamento do perfil do endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar o seu caixa. A 1ª série no valor de R\$ 117.000 que será amortizada em uma parcela anual em 29 de abril de 2024. A 2ª série no valor de R\$ 233.000 será amortizada em duas parcelas anuais em 29 de abril de 2025 e 2026. Os juros são pagos semestralmente para ambas as emissões. (ii) Debêntures simples, não conversíveis em ações e livres de garantia, emitidas em 10 de novembro de 2021, em uma série, no total de R\$ 500.000, destinadas ao alongamento do perfil do endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar o seu caixa. A amortização do principal em duas parcelas sendo a primeira em 13 de outubro de 2027, no valor de R\$ 250.000 e a segunda parcela será em 13 de outubro de 2028 no valor de R\$ 250.000. Os juros são pagos semestralmente.
 (3) Captações destinadas a reforço de caixa da Companhia, livres de garantia, sendo, (i) empréstimo em dólares com swap para reais no montante de R\$ 60.699, valor atualizado na curva de R\$ 86.814 é contrabalanceado pelo ajuste positivo de swap no montante de R\$ 26.114 e despesas diferidas no montante de R\$ 2.007, de modo que o efeito líquido no passivo é de R\$ 62.706, com juros pagos trimestralmente, valor principal a ser amortizado em 9 parcelas trimestrais a partir de março 2021.
 (4) Captações destinadas à modernização da planta em Cubatão garantidas por terrenos, bem como pelas edificações e equipamentos da Companhia.
 (5) Captações destinadas a investimentos ambientais, projetos sociais, aquisições de máquinas e equipamentos nacionais para modernização da planta de Santo André. O empréstimo é garantido através de fiança bancária.
 (6) Captações destinadas à centralização e modernização da linha de produção de resinas de PVC da fábrica de Santo André, a garantia dessa operação é o aval da Unipar. A primeira liberação foi realizada em novembro de 2018 e a segunda liberação em dezembro de 2019.
 (7) Captações livres de garantia, em duas séries, no total de R\$ 200.000, destinadas ao alongamento do perfil do endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar o seu caixa. A 1ª série no valor de R\$ 100.000 que será amortizada em uma parcela anual em 8 de julho de 2024 e a 2ª série no valor de R\$ 100.000 que será amortizada em uma parcela anual em 8 de julho de 2026. Os juros são pagos no vencimento para ambas as emissões.
 O cronograma de amortização desses empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2021	2021	2021
2022	151.226	161.824		
2023	95.850	105.423		
2024	284.017	293.590		
2025	283.517	293.048		
2026	116.500	120.944		
2027 em diante	500.000	500.000		
	1.431.110	1.474.829		

Certos empréstimos e financiamentos, bem como as debêntures apresentam cláusulas que estabelecem o atendimento de determinados indicadores financeiros e não financeiros (*covenants*). Indicadores estes, que são mensurados anualmente, conforme prazos estabelecidos em cada contrato. Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas estavam adimplentes com o atendimento dessas cláusulas.

17. ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil possuem contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica, na condição de consumidor livre. O custo de energia engloba o preço de aquisição da própria energia efetivamente contratada, taxa do uso do sistema de transmissão (TUST), e acrescida dos encargos estabelecidos pelo órgão governamental. Um destes encargos refere-se à Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e seu valor é determinado anualmente pelo Governo Brasileiro (ANEEL).

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2015 a julho de 2016 indicava alta majoração deste encargo, o que levou a Companhia, a Indupa Brasil e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança da CDE com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres ("ABRACE"). A sentença foi improcedente. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu o pedido de tutela de urgência para suspender a exigibilidade da tarifa de energia elétrica cobrada com os valores dos subsídios destinados a políticas públicas não relacionadas ao serviço público de energia elétrica até o julgamento da apelação interposta no feito originário.

A Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil, por intermédio da ABRACE, ajuizou ação tendo por objeto a declaração de inexistibilidade do pagamento da parcela da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST relativa à indenização de que trata o artigo 15, §2º, da Lei nº 12.783/2013. A liminar foi deferida parcialmente para determinar que a ANEEL exclua a parcela dita de "remuneração da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST, calculada sobre os bens reversíveis, ainda não amortizados e nem depreciados, prevista no art. 15, § 2º, da Lei nº 12.783/2013, devendo incidir sobre o montante apenas a atualização". A sentença foi improcedente. Em razão disso, a Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil já estão recolhendo os valores que deixaram de ser pagos em razão da liminar deferida. Referido pagamento vem sendo realizado mensalmente na forma de um acréscimo na conta mensal de consumo, sendo revertido valores provisionados.

18. DEMANDAS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas, suportadas pela avaliação de seus consultores jurídicos, internos e externos, classificam a probabilidade de perda de suas demandas judiciais em "provável", "possível" e "remota". Para as causas consideradas "prováveis" são constituídas provisões e, quando aplicável, os saldos são registrados nos depósitos judiciais atrelados aos processos, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fiscais	22.941	15.756	56.374	26.361
Trabalhistas e previdenciárias	15.400	19.775	38.307	39.912
Cíveis	10	10	5.406	5.077
Total	38.351	35.541	102.087	71.350
Depósitos judiciais fiscais	(6.568)	(11.159)	(12.889)	(17.543)
Depósitos judiciais trabalhistas	(5.604)	(5.990)	(11.537)	(13.077)
Total	(12.172)	(17.149)	(24.426)	(30.620)
	26.179	18.392	77.661	40.730
Circulante	1.386	2.831	8.411	4.999
Não Circulante	24.793	15.561	69.250	35.731

Na controlada Indupa Argentina
 a) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias
 i. *Processos trabalhistas e previdenciários - Providês*
 As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-funcionários questionando principalmente o direito sobre diferenças indenizatórias e doença ocupacional, para os quais a controlada baseada na avaliação de seus consultores jurídicos mantém provisões de R\$ 11.344 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 6.482 em 31 de dezembro de 2020).

19. PASSIVO AMBIENTAL
 A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos ambientais decorrentes de vazamento de substâncias químicas, falhas de equipamentos, acidentes de transporte ou falhas no processo de produção. A administração considera a proteção ao meio ambiente como um aspecto-chave de suas atividades, aplicando políticas que visam a prevenção e o controle desses riscos em todas as unidades de produção, que permitem o cumprimento, por vezes, além das normas legais.
 Em cumprimento a estas políticas, a Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra, com base na melhor estimativa do custo, os valores para os trabalhos de investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Passivo ambiental	2.765	-	48.316	19.073
Circulante	313	-	22.580	14.492
Não circulante	2.452	-	25.736	4.581

Movimentação das provisões para passivo ambiental
Controladora **2020** Adições Reversões Utilização Ajustes de conversão **2021**
 Passivo ambiental - 2.845 (*) (60) 2.765

Consolidado	2019			Ajustes de conversão	2020
	Adições	Utilização	Reversões		
Passivo ambiental	20.108	12.360	(13.370)	(25)	19.073

Consolidado **2020** Adições Reversões Utilização Ajustes de conversão **2021**
 Passivo ambiental - 2.845 (*) (60) 2.765

Passivo ambiental 19.073 49.203 (*) (19.909) (51) 48.316
 (*) A Companhia, com base no aprofundamento dos estudos técnicos concluídos recentemente através do monitoramento da qualidade das águas subterrâneas, estudos de impacto ambiental e gerenciamento de remediação, execução de testes piloto das alternativas selecionadas, bem como implementação de planos de intervenção, reavaliou sua estimativa para os gastos necessários para os próximos 5 anos em relação à gestão dos passivos ambientais.
 As áreas impactadas na adição da provisão ambiental passam por um acompanhamento pela área responsável da Companhia junto com os responsáveis da controladora anterior da Unipar Indupa S.A.I.C. e Unipar Indupa Brasil. Adicionalmente, parte destes valores são reembolsáveis pela antiga controladora e estes recebíveis estão registrados na Unipar Carbochloro.
 A Companhia vem solicitando junto à "CETESB" conforme acordado entre as partes a nova versão das planilhas de riscos para dar prosseguimento à implantação do plano de intervenção definitivo.

20. DÉBITO COM TERCEIROS

Corresponde às dívidas da Indupa Argentina e da Indupa Brasil com a vendadora Solvay Indupa S.A.I.C. no montante de US\$ 136 milhões sobre o qual incide encargos de 3% a.a. Os juros dessas dívidas vinham sendo pontualmente pagos e a amortização do principal era dividida em cinco parcelas anuais de US\$ 27,2 milhões, com vencimento inicial em 27 de dezembro de 2022 e término em 27 de dezembro de 2026. Essas dívidas possuíam cláusulas que obrigavam a Indupa Argentina e a Indupa Brasil a atender determinados indicadores financeiros e cláusulas não financeiras (*affirmative e negative covenants*). Em 06 de outubro de 2020, a credora das dívidas iniciou ação de cobrança em tentativas de acelerar essas dívidas em uma corte estadual no estado de Nova Iorque, EUA, alegando quebra de cláusulas contratuais (*covenants*) acessórias e não financeiras por não recebimento de informações públicas.
 A Indupa Argentina e Indupa Brasil se defendiam de forma tempestiva à ação de cobrança quando em dezembro de 2021, a Unipar celebrou acordo com a vendadora das Indupas para encerrar o procedimento de arbitragem iniciado contra tal vendadora e a ação de cobrança contra a Indupa Brasil e Indupa Argentina descrita no parágrafo acima. Como resultado deste acordo a Unipar recebeu R\$ 449.680 (US\$ 80.000), referente a ajuste de preço de aquisição, registrado no resultado da Companhia e (i) a Companhia adquiriu da credora por R\$ 57.633 (US\$ 10.253) a dívida devida pela Indupa Argentina e (ii) a Indupa Brasil pagou a totalidade do valor principal de R\$ 734.152 (US\$ 130.035) da sua dívida com a vendadora das Indupas. Dessa forma a Indupa Brasil e Indupa Argentina não estão mais obrigadas a cumprir com as *affirmative e negative covenants* vinculados.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes dos impostos	2.350.671	464.480	3.035.321	601.577
Alíquota nominal combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota nominal combinada	(799.228)	(157.926)	(1.032.010)	(204.393)
Diferenças permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	430.069	65.840	(860)	(797)
Diferença da alíquota nominal para controlada na Argentina	-	-	(6.029)	7.560
Encargos indutíveis em controlada na Argentina (*)	-	-	-	(22.282)
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação) (2)	-	-	-	(115.709)
Receita de Exclusão do ICMS da Base de cálculo do PIS/COFINS - Selic ^{3b}	3.022	-	77.245	-
Outros	(516)	(5.285)	5.461	(9.590)
Total créditos de diferenças permanentes	432.575	60.555	(39.892)	(36.547)
Efeito no ano de créditos tributários não reconhecidos				
Crédito tributário CSLL sobre correção de balanço do ano de 1989/Recálculo de IRP e CSLL do ano 2017	-	-	3.732	9.450
Realização de diferenças temporárias de exercícios anteriores ^{4a}	746	548	36.680	548
Prejuízos fiscais e base negativa	-	-	-	-
Total da despesa de IRPJ e CSLL registrada no resultado	(365.907)	(96.823)	(1.031.490)	(230.942)
Alíquota efetiva combinada de IRPJ e CSLL	15,57%	20,85%	33,98%	38,42%
IRPJ e CSLL correntes	(161.138)	(85.103)	(628.087)	(201.786)
IRPJ e CSLL diferidos	(205.515)	(11.720)	(443.815)	(38.606)
IRPJ e CSLL anos anteriores	-	-	-	9.450
IRPJ e CSLL Lei do Bem	746	-	36.680	-
Total da (despesa)/ receita de IR e CSLL	(365.907)			

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em milhares de reais)

22. OUTROS IMPOSTOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
ICMS a recolher	21.907	10.969	37.773	32.501
ICMS a recolher - parcelamento	28.525	37.587	42.723	61.828
PIS a recolher	1.277	729	1.292	2.794
COFINS a recolher	5.987	3.444	6.151	13.222
Impostos retidos, impostos e taxas estaduais e de prefeituras	4.864	3.467	25.652	24.797
Imposto sobre investimentos - Argentina	-	-	1.984	5.358
Imposto ao valor agregado a recolher - Argentina	62.560	56.196	127.687	144.324
Circulante	44.510	28.705	95.439	97.870
Não circulante	18.050	27.491	32.248	46.454

23. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Plano de pensão	-	-	-	2.029
Plano de saúde	4.180	4.377	42.334	44.900
Benefícios rescisórios	-	-	7.801	8.214
Provisão para gratificação por tempo de serviço	-	-	1.139	1.175
Total	4.180	4.377	51.274	56.319

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios definidos e contribuições definidas a seus empregados que tem como principal objetivo a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social.

Planos de benefícios definidos
Os planos de benefícios definidos são calculados por atuários independentes, usando o método do plano de crédito projetado. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxa de juros, inflação, aumento dos benefícios futuros, contribuições de colaboradores ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para os patrocinadores. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

Através de seus planos de benefícios definidos, a Companhia e suas controladas estão expostas a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

- a) Volatilidade dos ativos
- b) Expectativa de vida
- c) Hipóteses demográficas
- d) Hipóteses demográficas levam em conta tábuas de mortalidade, invalidez e rotatividade e são estabelecidas pelos atuários de acordo com o perfil dos colaboradores.

Na Controladora
A Companhia oferece aos seus colaboradores um plano de previdência complementar que são executados pela Carboprev Sociedade de Previdência Privada ("Carboprev"), entidade de previdência complementar fechada dotada de autonomia administrativa.

a) Plano de contribuição definida
São custeados pelos participantes e pela patrocinadora e são administrados pela Carboprev. Durante o exercício de 2021, a Companhia contribuiu para esses fundos com R\$ 2.605 (R\$ 2.600 no exercício de 2020), sendo esse montante registrado como despesa. Uma vez pagas essas contribuições a Companhia não tem mais obrigações.

b) Planos de benefícios definidos
As principais hipóteses econômicas e biométricas estão a seguir descritas:

	2021	2020
Taxa de desconto nominal	8,39% a 8,70% a.a.	6,48% a 6,79% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	3,00% a.a.	3,25% a.a.
Taxa nominal do benefício	3,00% a.a.	3,25% a.a.
Inflação médica	6,60% a.a.	6,86% a.a.
Mortalidade geral	AT-2000	AT-2000

c) Plano de aposentadoria
A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2021 é de 88 (88 em 31 de dezembro de 2020). Atualmente o número de assistidos é de 82.

A posição atuarial do plano em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	Controladora	
	2021	2020
Valor presente das obrigações atuariais	61.018	71.886
Valor justo dos ativos	(106.492)	(100.674)
Superávit	(45.474)	(28.788)
Efeito do teto do ativo	45.474	28.788

Passivo atuarial líquido
Não se espera que o superávit apresentado traga benefícios econômicos e, portanto, a Companhia não pode reconhecê-lo como um ativo atuarial líquido, de acordo com o CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados.

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2021	2020
Obrigações atuariais no final do exercício anterior	71.886	70.661
Custo financeiro	4.486	5.125
(Ganho) Perdas atuariais - experiência	(18.416)	863
(Ganho) Perdas atuariais - premissas financeiras	6.344	859
Benefícios pagos sobre ativos do plano	(5.282)	(5.132)
Saldo em 31 de dezembro	61.018	71.886

A movimentação do valor justo dos ativos do plano nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2021	2020
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício anterior	100.673	98.047
Recalculação de juros sobre os ativos do plano	4.638	457
Retorno esperado sobre os ativos do plano	6.357	7.191
Contribuições do empregador	104	110
Benefícios pagos	(5.282)	(5.132)
Saldo em 31 de dezembro	106.490	100.673

A movimentação do passivo atuarial líquido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2021	2020
Custo de serviço corrente e juros sobre ativo líquido	(6)	(6)
Contribuições da patrocinadora	(104)	(110)
Efeitos de remensuração - ganhos atuariais e variação de teto do ativo no período	110	116
Passivo atuarial líquido	-	-

As despesas de custos de serviço e financeiro e os ganhos e perdas atuariais desses benefícios reconhecidas no exercício de 2020 e de R\$ 6 e a projeção para o exercício seguinte é de receita atuarial de R\$ 7.

d) Plano de Saúde
A Companhia oferece a seus colaboradores um benefício de saúde pós-aposentadoria de 2 anos, quando, de forma cumulativa ele tenha o seu contrato de trabalho rescindido e já esteja aposentado pela previdência oficial.

Esse benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido. A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2021 é de 480 (481 em 31 de dezembro de 2020). Atualmente o número de assistidos é de 15.

A movimentação do passivo atuarial desse benefício nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é apresentada a seguir:

	Controladora	
	2021	2020
Obrigações atuariais no final do exercício anterior	4.377	4.766
Custo de serviço corrente, juros sobre passivo líquido e custo de serviço passado	(6)	(6)
Contribuições da patrocinadora	(659)	(491)
Efeitos de remensuração - (ganhos)/perdas atuariais e variação de teto do ativo no período	(201)	(559)
Saldo em 31 de dezembro	4.181	4.377

As despesas de custos de serviço e financeiro desse benefício reconhecidas no exercício de 2021 é de R\$ 664 e a projeção para estas despesas no exercício seguinte é de R\$ 833.

Análise de sensibilidade dos benefícios definidos

Descrição da premissa	Impacto em R\$ mil efeito na obrigação 2021	
	Avaliação do impacto	Plano de previdência Plano de saúde
Taxa de desconto	1.404	114
Taxa de inflação de longo prazo	2.494	107
Taxa de reajuste de benefício	175	-
Taxa de crescimento salarial futuro	(292)	-
Taxa de inflação médica	-	193
Taxa de inflação médica	-	130
Taxa de crescimento salarial	2.512	-
Taxa de crescimento salarial	(2.360)	-
Tábuas de mortalidade (idade)	(1.766)	209
Tábuas de mortalidade (idade)	-	1.749
Tábuas de mortalidade (idade)	-	309

a) Plano de contribuição definida
A Companhia patrocina um plano de contribuição definida custeado pelos participantes e pela patrocinadora administrado pela Carboprev Sociedade de Previdência Privada ("Carboprev"). Uma vez paga as contribuições a Companhia não tem mais obrigações.

b) Planos de benefícios definidos
As principais hipóteses econômicas e biométricas, utilizadas para a avaliação anual em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão a seguir descritas:

	2021	2020
Taxa de desconto nominal	8,37% a 8,38% a.a.	6,08% a 6,26% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	3,00% a.a.	3,25% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	3,50% a.a.	3,77% a.a.
Inflação médica	3,00% a.a.	3,25% a.a.
Mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca

c) Plano de pensão
A Companhia mantém um plano de pensão para ex-colaboradores, contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2021 não temos mais benefícios neste plano (2 beneficiários em 31 de dezembro de 2020).

d) Plano de Saúde
A controlada oferece um plano de assistência pós-emprego para determinados colaboradores e ex-colaboradores aposentados. Esse benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido. A quantidade de beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2021 é de 145 (147 em 31 de dezembro de 2020).

O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 38.154 (R\$ 40.523 em 31 de dezembro de 2020).

a) Controladas oferecidas a todos os seus colaboradores uma gratificação ao completarem 10 e 25 anos de trabalho. Essa gratificação é contabilizada como uma obrigação de benefício definido. A quantidade de beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2021 é de 343 (313 em 31 de dezembro de 2020).

O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.139 (R\$ 1.175 em 31 de dezembro de 2020).

f) Benefícios rescisórios
A controlada proporciona benefício de indenização adicional por desligamento para determinados colaboradores. As definições dos montantes do benefício estão vinculadas ao tempo de trabalho. Esses benefícios são contabilizados como obrigações de benefício definido e o passivo atuarial.

O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 2.832 (R\$ 2.771 em 31 de dezembro de 2020).

g) Projeções de despesas de custos de serviço e financeiro, dos benefícios citados acima, para o exercício seguinte está descrita a seguir:

	2021	2020
Plano de pensão	-	-
Plano de saúde	3.372	390
Benefícios rescisórios	390	390
Gratificação por tempo de casa	219	3.981

Na Indupa Argentina
a) Plano de contribuição definida
A controlada Indupa Argentina patrocina um plano de contribuição definida custeada pelos participantes e pela patrocinadora administrado pela BNP (Fiduciamisso Optimum). Uma vez paga as contribuições a controlada não tem mais obrigações.

b) Plano de benefício definido
As principais hipóteses econômicas e biométricas utilizadas para a avaliação anual em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão a seguir descritas:

	2021	2020
Taxa de desconto nominal	8,37% a 8,38% a.a.	6,08% a 6,26% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	3,00% a.a.	3,25% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	3,50% a.a.	3,77% a.a.
Inflação médica	3,00% a.a.	3,25% a.a.
Mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca

c) Plano de pensão
A Companhia mantém um plano de pensão para ex-colaboradores, contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2021 não temos mais benefícios neste plano (2 beneficiários em 31 de dezembro de 2020).

d) Plano de Saúde
A controlada oferece um plano de assistência pós-emprego para determinados colaboradores e ex-colaboradores aposentados. Esse benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido. A quantidade de beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2021 é de 145 (147 em 31 de dezembro de 2020).

O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 38.154 (R\$ 40.523 em 31 de dezembro de 2020).

a) Controladas oferecidas a todos os seus colaboradores uma gratificação ao completarem 10 e 25 anos de trabalho. Essa gratificação é contabilizada como uma obrigação de benefício definido. A quantidade de beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2021 é de 343 (313 em 31 de dezembro de 2020).

O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.139 (R\$ 1.175 em 31 de dezembro de 2020).

f) Benefícios rescisórios
A controlada proporciona benefício de indenização adicional por desligamento para determinados colaboradores. As definições dos montantes do benefício estão vinculadas ao tempo de trabalho. Esses benefícios são contabilizados como obrigações de benefício definido e o passivo atuarial.

O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 2.832 (R\$ 2.771 em 31 de dezembro de 2020).

g) Projeções de despesas de custos de serviço e financeiro, dos benefícios citados acima, para o exercício seguinte está descrita a seguir:

	2021	2020
Plano de pensão	-	-
Plano de saúde	3.372	390
Benefícios rescisórios	390	390
Gratificação por tempo de casa	219	3.981

Na Indupa Argentina
a) Plano de contribuição definida
A controlada Indupa Argentina patrocina um plano de contribuição definida custeada pelos participantes e pela patrocinadora administrado pela BNP (Fiduciamisso Optimum). Uma vez paga as contribuições a controlada não tem mais obrigações.

b) Plano de benefício definido
As principais hipóteses econômicas e biométricas utilizadas para a avaliação anual em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão a seguir descritas:

	2021	2020
Taxa de desconto nominal	8,37% a 8,38% a.a.	6,08% a 6,26% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	3,00% a.a.	3,25% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	3,50% a.a.	3,77% a.a.
Inflação médica	3,00% a.a.	3,25% a.a.
Mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca

c) Plano de pensão
A Companhia mantém um plano de pensão para ex-colaboradores, contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2021 não temos mais benefícios neste plano (2 beneficiários em 31 de dezembro de 2020).

d) Plano de Saúde
A controlada oferece um plano de assistência pós-emprego para determinados colaboradores e ex-colaboradores aposentados. Esse benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido. A quantidade de beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2021 é de 145 (147 em 31 de dezembro de 2020).

O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 38.154 (R\$ 40.523 em 31 de dezembro de 2020).

a) Controladas oferecidas a todos os seus colaboradores uma gratificação ao completarem 10 e 25 anos de trabalho. Essa gratificação é contabilizada como uma obrigação de benefício definido. A quantidade de beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2021 é de 343 (313 em 31 de dezembro de 2020).

O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.139 (R\$ 1.175 em 31 de dezembro de 2020).

f) Benefícios rescisórios
A controlada proporciona benefício de indenização adicional por desligamento para determinados colaboradores. As definições dos montantes do benefício estão vinculadas ao tempo de trabalho. Esses benefícios são contabilizados como obrigações de benefício definido e o passivo atuarial.

O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 2.832 (R\$ 2.771 em 31 de dezembro de 2020).

g) Projeções de despesas de custos de serviço e financeiro, dos benefícios citados acima, para o exercício seguinte está descrita a seguir:

	2021	2020
Plano de pensão	-	-
Plano de saúde	3.372	390
Benefícios rescisórios	390	390
Gratificação por tempo de casa	219	3.981

Na Indupa Argentina
a) Plano de contribuição definida
A controlada Indupa Argentina patrocina um plano de contribuição definida custeada pelos participantes e pela patrocinadora administrado pela BNP (Fiduciamisso Optimum). Uma vez paga as contribuições a controlada não tem mais obrigações.

b) Plano de benefício definido
As principais hipóteses econômicas e biométricas utilizadas para a avaliação anual em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão a seguir descritas:

	2021	2020
Taxa de desconto nominal	8,37% a 8,38% a.a.	6,08% a 6,26% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	3,00% a.a.	3,25% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	3,50% a.a.	3,77% a.a.
Inflação médica	3,00% a.a.	3,25% a.a.
Mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca

c) Plano de pensão
A Companhia mantém um plano de pensão para ex-colaboradores, contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2021 não temos mais benefícios neste plano (2 beneficiários em 31 de dezembro de 2020).

d) Plano de Saúde
A controlada oferece um plano de assistência pós-emprego para determinados colaboradores e ex-colaboradores aposentados. Esse benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido. A quantidade de beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2021 é de 145 (147 em 31 de dezembro de 2020).

O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 38.154 (R\$ 40.523 em 31 de dezembro de 2020).

a) Controladas oferecidas a todos os seus colaboradores uma gratificação ao completarem 10 e 25 anos de trabalho. Essa gratificação é contabilizada como uma obrigação de benefício definido. A quantidade de beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2021 é de 343 (313 em 31 de dezembro de 2020).

O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.139 (R\$ 1.175 em 31 de dezembro de 2020).

f) Benefícios rescisórios
A controlada proporciona benefício de indenização adicional por desligamento para determinados colaboradores. As definições dos montantes do benefício estão vinculadas ao tempo de trabalho. Esses benefícios são contabilizados como obrigações de benefício definido e o passivo atuarial.

O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 2.832 (R\$ 2.771 em 31 de dezembro de 2020).

g) Projeções de despesas de custos de serviço e financeiro, dos benefícios citados acima, para o exercício seguinte está descrita a seguir:

	2021	2020
Plano de pensão	-	-
Plano de saúde	3.372	390
Benefícios rescisórios	390	390
Gratificação por tempo de casa	219	3.981

Na Indupa Argentina
a) Plano de contribuição definida
A controlada Indupa Argentina patrocina um plano de contribuição definida custeada pelos participantes e pela patrocinadora administrado pela BNP (Fiduciamisso Optimum). Uma vez paga as contribuições a controlada não tem mais obrigações.

b) Plano de benefício definido
As principais hipóteses econômicas e biométricas utilizadas para a avaliação anual em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão a seguir descritas:

	2021	2020
Taxa de desconto nominal	8,37% a 8,38% a.a.	6,08% a 6,26% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	3,00% a.a.	3,25% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	3,50% a.a.	3,77% a.a.
Inflação médica	3,00% a.a.	3,25% a.a.
Mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca

c) Plano de

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Exposição líquida de ativos e passivos ao US\$ (Dólar Americano)				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	2	5
Empréstimos de curto e longo prazo	-	-	-	68
Débito com terceiros	-	-	-	(711.276)
Contas a receber de clientes	139	254.896	150.331	-
Créditos com empresas ligadas	292.769	213.500	-	-
Outros créditos	20.055	20.055	-	-
Outros ativos circulantes	98	157	4.150	2.526
Fornecedores	(20.806)	(9.366)	(155.780)	(81.998)
Outros passivos circulantes	(283)	(4)	(10.760)	(1.008)
Outros passivos não circulantes	-	-	(27)	(1.678)
Total	291.972	204.287	112.536	(643.024)

Controladora	Cenário I		Cenário II	
	variável de 25%	variável de 50%	variável de 25%	variável de 50%
	Efeito líquido	Efeito líquido	Efeito líquido	Efeito líquido
Exposição R\$	Risco Câmbio atual	Câmbio no resultado	Câmbio no resultado	Câmbio no resultado
Exposição Líquida	Aumento/ (Redução)	5,5805 5,5213 (3.097) 6,9756	76.906 8,3708	150.682

Consolidado	Cenário I		Cenário II	
	variável de 25%	variável de 50%	variável de 25%	variável de 50%
	Efeito líquido	Efeito líquido	Efeito líquido	Efeito líquido
Exposição R\$	Risco Câmbio atual	Câmbio no resultado	Câmbio no resultado	Câmbio no resultado
Exposição Líquida	Aumento/ (Redução)	5,5805 5,5213 (1.194) 6,9756	29.642 8,3708	58.078

33.3. Risco de crédito
O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria a prejuízo financeiro.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito principalmente em relação às suas aplicações financeiras e suas contas a receber de clientes. Depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez classificados como equivalentes de caixa são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Todos os ativos financeiros da Companhia e suas controladas estão em entidades de primeira linha em relação a risco de crédito. As contas a receber de clientes representam valores devidos pelos clientes da Unipar e suas controladas, relacionados à venda de seus produtos. O risco sobre estes montantes é determinado por meio da aplicação das políticas internas da Companhia.

Quando o risco de crédito é considerado alto, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa.

33.4. Risco de Liquidez
É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descaçamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos a serem liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa temporários.

Os valores divulgados no quadro abaixo apresentam o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

Controladora	Menos de um ano		Entre um e dois anos		Entre dois e cinco anos		Acima de cinco anos	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Em 31 de dezembro de 2021								
Empréstimos	151.226	95.850	684.034	500.000	-	-	-	-
Fornecedores	68.822	-	-	-	-	-	-	-
Consolidado								
Em 31 de dezembro de 2021								
Empréstimos	161.824	105.423	707.582	500.000	-	-	-	-
Fornecedores	391.762	-	-	-	-	-	-	-

33.5. Gestão do capital
A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira relacionado com o patrimônio líquido.

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e de longo prazo), subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A Companhia e suas controladas não estão sujeitas a nenhuma exigência externa sobre o capital.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020, podem ser assim demonstrados:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Frank Geyer Abubakir - Presidente do Conselho de Administração	João Cláudio Zola - Presidente
Luiz Barsi Filho - Vice-Presidente do Conselho de Administração	Paulo Henrique Zukanovich Funchal - Conselheiro
Bruno Soares Uchino - Conselheiro	Clovis Hideaki Ikeda - Conselheiro
João Guilherme de Andrade Sá Consiglio - Conselheiro	Silvio de Sousa Pinheiro - Conselheiro
Lucas Queiroz Abud - Conselheiro	Edilson São Leandro - Conselheiro
Anibal do Vale - Conselheiro	
Vitor Manuel Cavalcanti Mallmann - Conselheiro	

CONSELHO FISCAL

João Cláudio Zola - Presidente
Paulo Henrique Zukanovich Funchal - Conselheiro
Clovis Hideaki Ikeda - Conselheiro
Silvio de Sousa Pinheiro - Conselheiro
Edilson São Leandro - Conselheiro

DIRETORIA

Maurício Parolin Russomanno - Diretor Presidente
Christian Eduard Carrarezi Schmitzer - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Rodrigo Cannaval - Diretor
Marcello Diegues Zappia - Diretor

CONTADOR

Leandro Nunes de Faria - CRC 1SP335131/O-8

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

Os membros do Comitê de Auditoria analisaram as Demonstrações Financeiras da Unipar Carbocloro S.A., relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, com as correspondentes Notas Explicativas, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, ambos emitidos em 16 de março de 2022, e o Parecer do Conselho Fiscal, emitido em 15 de março de 2022. Foram discutidos e esclarecidos pela Diretoria todos os assuntos levantados pelos membros do Comitê de Auditoria, que contou com a presença ainda dos auditores externos (Deloitte), conforme ata de reunião realizada em 15 de março de 2022. Merecem destaque, tendo em vista seu caráter de excepcionalidade, os tratamentos contábeis adotados para as seguintes matérias: (i) o recebimento, no quarto trimestre de 2021, da quantia aproximada de R\$ 450 milhões sob a rubrica ajuste de preço na aquisição da Solvay Indústria SAIC ("Indupa Argentina"), nos termos do contrato de compra e venda e como resultado de acordo para encerrar procedimento arbitral existente entre as partes, montante este registrado no resultado da Companhia, conforme notas explicativas nº 12 e 20 das Demonstrações Financeiras; (ii) recondução de crédito fiscal relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo da PIS/COFINS, no montante aproximado de R\$ 728 milhões nas controladora e empresas controladas, resultante do reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal, em maio de 2021, da inconstitucionalidade desta inclusão. O referido crédito divide-se em processos que se encontram em fase distintas, parte dele ainda aguardando trânsito em julgado e homologação dos cálculos pela Receita Federal. Nada obstante o caráter excepcional e materialidade financeira destes 2 (dois) lançamentos contábeis, não há divergência entre a

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Unipar Carbocloro S.A., no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, nos termos do artigo 163, incisos II e VII, da Lei nº 6.404/1976, em reunião realizada nesta data, procedeu ao exame e análise (i) do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhados do parecer da empresa de auditoria independente Deloitte Touche Tomatsu Auditores Independentes, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Companhia; e (ii) da Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021 elaborada pela Diretoria, incluindo distribuição de dividendos. O Conselho Fiscal concluiu que tais documentos e proposta foram regularmente elaborados e, portanto, recomendam a submissão de tais documentos à Assembleia Geral Ordinária de Ações da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, bem como opinam favoravelmente à aprovação do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Além disso, conforme o art. 163, inciso III, da Lei nº 6.404/1976, o Conselho Fiscal examinou a Proposta de Aumento de Capital Social da Unipar no montante de R\$228.874.322,86 (duzentos e vinte e oito milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, trezentos e vinte e dois reais e oitenta e seis centavos), mediante a capitalização de parte do saldo da reserva para investimento da Companhia, com emissão de 9.443.286 (nove milhões, quatrocentas e quarenta e três mil, duzentas e oitenta e seis) ações

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e acionistas da Unipar Carbocloro S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unipar Carbocloro S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Unipar Carbocloro S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Nossa auditoria foi conduzida sob a perspectiva de que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) **Reconhecimento de receitas**
Conforme mencionado na nota explicativa nº 26, a Companhia reconheceu receitas no montante de R\$1.6 bilhão ("Controladora") e R\$6.3 bilhões ("Consolidado") em 31 de dezembro de 2021. O reconhecimento de receitas requer que os seguintes aspectos no processo de venda das mercadorias sejam atendidos: (a) as partes devem aprovar o contrato de compra e venda (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e devem estar comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (b) a Companhia deve identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos; (c) a Companhia deve identificar os termos de pagamento para os bens a serem transferidos; (d) o contrato deve possuir substância comercial; (e) deve ser provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

Como o assunto foi conduzido pela auditoria

• Avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade das atividades de controles relacionadas ao reconhecimento de receitas pela Companhia, os quais incluíam o seguinte:

• Análise e aprovação de preços de acordo com política interna vigente;

• Análise e aprovação de crédito de clientes, bem como estabelecimento dos limites de crédito aplicáveis;

• Análise e aprovação de pedidos de venda e ordens de carregamento;

• Asseguração de que as mercadorias transferidas estão de acordo com pedido de venda, ordem de carregamento e respectiva emissão de nota fiscal antes da conclusão da transação comercial ("three-way-match");

• Análise de evidências de transferências das mercadorias ao cliente para efetivação do respectivo reconhecimento contábil das receitas, incluindo análises de "cut-off";

• Acompanhamento e assecuração de recebimento das contraprestações aplicáveis.

• Efetuamos a análise do perfil da carteira de clientes e vendas ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 através de ferramentas de "Data Analytics", com o objetivo de identificar e avaliar individualmente possíveis "outliers" ou transações não usuais.

• Inspecionamos, em base amostral, as documentações suporte das vendas ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com o objetivo de certificar que:

o As transações possuíam substância comercial e estavam alinhadas com as práticas usuais de negócios da Companhia;

o As partes (Companhia e clientes) aprovaram as transações de compra e venda de acordo com as práticas usuais de negócios da Companhia;

o A Companhia identificou os direitos de cada parte envolvida nas transações comerciais, bem como os termos de pagamento para os bens transferidos aos seus clientes;

o Os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e do governo pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes CRC nº 2 SP 011609/O-8 Alessandro Costa Ramos Contador CRC nº 1 SP 19885/O-3

São Paulo, 16 de março de 2022

Humberto Rapussi Membro

São Paulo, 15 de março de 2022

João Cláudio Zola Presidente do Conselho Fiscal

Paulo Henrique Zukanovich Funchal Conselheiro

Clovis Hideaki Ikeda Conselheiro

Silvio de Sousa Pinheiro Conselheiro

Edilson São Leandro Conselheiro

São Paulo, 16 de março de 2022

Deloitte

Edição Nacional

São Paulo

Unipar Indupa do Brasil S.A.

CNPJ nº 61.460.325/0001-41

Relatório da Administração

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)				Demonstrações do resultado - em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)				Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)												
Ativo	Nota	2021	2020	Nota	2021	2020	Nota	2021	2020	2021	2020									
Senhores Acionistas, em cumprimento das disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, pertencendo à disposição para quaisquer outras informações.																				
Circulante			Circulante			Demonstrações do resultado - em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)			Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)											
Caixa e equivalentes de caixa	4	57.467	282.844	12	129.174	93.849	Recosta operacional líquida	20	2.674	1.716	Fluxos de caixa das atividades operacionais	1.321.065	209.731							
Aplicações financeiras	5	218.577	136.262	13	10.596	14.835	Custo dos produtos vendidos	23	(1.622.447)	(1.203.448)	Depreciação e amortização	63.205	61.383							
Contas a receber de clientes	6	253.811	299.585	14	30.466	29.579	Lucro bruto	23	1.051.695	514.968	Baixas de ativos	464	415							
Impostos a recuperar	7	6.407	17.748	19	24.156	27.185	Despesas com vendas	25	(17.549)	(61.126)	Provisão (reversão) para demandas judiciais	27.466	278							
Estoque	8	202.975	74.131	20	47.547	50.971	Despesas administrativas	23	(114.993)	(90.893)	Provisão (reversão) de contingências ambientais	38.402	12.045							
Despesa antecipada		1.101	644	16	1.605	2.168	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	270.102	(17.771)	Provisão (reversão) de juros e outros encargos sobre empréstimos e débitos com terceiros	75.611	166.206							
Outros		14.994	1.948	15	72.026	61.047	Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	1	1.149.855	345.178	Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	69	(221)							
		755.332	813.162	17	255	255	Resultado financeiro, líquido	25	270.627	222.337	Provisão (reversão) para ajustes de estoques	(368)	–							
				18	16.095	14.315	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	19	(334.271)	(61.639)	Provisão (reversão) de encargos de energia elétrica	–	2.194							
				18	37.229	24.732	Lucro líquido do exercício	26	986.794	148.092	Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–							
				21	583.234	354.108	Resultado por ação			47,36	7,34	Crédito PIS/COFINS (Exclusão da base de cálculo do ICMS) corrigidos	(582.691)							
Não circulante				Não circulante				Demonstrações do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)				Fluxos de caixa das atividades de investimentos								
Contas a receber de clientes	6	1.808	990	13	33.121	40.832	Outros componentes do resultado abrangente que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado	25	270.627	222.337	Perdas atualizadas de plano de benefícios pós-emprego	(5.007)	(3.776)	Aplicações de caixa das atividades de resgates	(82.315)	(52.685)				
Contas a recuperar	7	588.759	6.654	13	286	96	Perdas atualizadas de plano de benefícios pós-emprego	25	1.702	1.284	Imposto de renda e contribuição social	1.702	1.284	Compras de imobilizado e intangível	(100.504)	(45.278)				
Estoque	8	23.345	20.326	14	45.547	47	Total do resultado abrangente do exercício		983.489	145.600	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	884.978	434.734	Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(173.202)	(13.251)				
Depósitos judiciais		40	40	19	42.125	46.498	Outros resultados abrangentes do período	25	(29.034)	(32.339)	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	711.776	421.483	Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(182.819)	(97.963)				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	–	142.971	20	42.125	46.498	Capital social	21.1	337.925	302.753	Imposição de renda e contribuição social pagas	(173.202)	(13.251)	Amortização de empréstimos e financiamentos	(727.633)	(37.241)				
Créditos com empresas ligadas	9	55.799	51.961	16	38.533	13.688	Reservas de lucros	21.2	945.355	192.928	Outros resultados abrangentes do período	(26.701)	(32.915)	Captação de empréstimos e financiamentos	–	15.521				
Outros		21.742	22.611	16	38.533	13.688	Total do patrimônio líquido		1.254.520	463.343	Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(173.202)	(13.251)	Outros passivos	1.816	(6.381)				
		691.493	245.553	18	68	102	Total do passivo e patrimônio líquido		2.033.874	1.601.033	Imposição de renda e contribuição social pagas	(173.202)	(13.251)	Salários e encargos sociais	1.077	17.067				
				18	196.390	783.582						Impostos, taxas e contribuições	(282.619)	62.054	Obrigações de benefícios aos empregados	635	1.584			
				21	337.925	302.753						Outros passivos	1.816	(6.381)	Outros passivos	1.816	(6.381)			
				21.2	945.355	192.928						Caixa e equivalentes de caixa	587.049	545.038	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	282.844	13.959	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	57.467	282.844
					1.278.542	808.079						Outros passivos	1.816	(6.381)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	282.844	13.959	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	57.467	282.844
					2.033.874	1.601.033						Outros passivos	1.816	(6.381)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	282.844	13.959	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	57.467	282.844

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)						
Nota	social	Reserva legal	Reservas abrangentes	Outros resultados acumulados	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
31 de dezembro de 2019	293.091	5.247	74.762	(29.847)	–	343.252
Lucro líquido do exercício	21.1	9.662	–	–	148.092	148.092
Capitalização de dividendos	27	–	–	–	(9.662)	–
Dividendos propostos	27	–	–	–	(35.172)	(35.172)
Constituição de reservas	21.2	–	7.405	105.516	(112.920)	–
Outros resultados abrangentes	302.753	12.652	180.277	(32.339)	(2.492)	463.343
31 de dezembro de 2020	293.091	5.247	74.762	(29.847)	–	343.252
Lucro líquido do exercício	21.1	35.172	–	–	986.794	986.794
Aumento de Capital em 17/12/2021	21.1	35.172	–	–	–	35.172
Dividendos propostos	27	–	–	–	(234.364)	(234.364)
Constituição de reservas	21.2	–	49.340	703.090	(752.430)	–
Outros resultados abrangentes	337.925	61.992	883.367	(29.034)	(3.304)	1.254.520
31 de dezembro de 2021	587.049	545.038	1.278.542	808.079	–	2.033.874

1. Contexto operacional

A Unipar Indupa do Brasil S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em São Paulo/SP. Sua controladora direta é a Unipar Indupa S.A.I.C., com sede na Argentina, sendo que esta é controlada da Unipar Carbocolor S.A. ("Unipar"), sendo esta, uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo - SP e suas ações são negociadas na B3 S.A., sob os códigos UNIPF, UNIPB e UNIPF. A Companhia possui uma planta em Santo André/SP onde produz e distribui produtos químicos e petroquímicos (PVC, soda cáustica, ácido clorídrico e hidrogênio). A Companhia possui um contrato de intenção de compra firmado para constituição de uma ("Joint Venture") com a AES Tietê Energia S.A. ("AES Tietê") para construção e operação de um parque eólico. O projeto será desenvolvido no complexo eólico Cajuna nas cidades de Lajes, Pedro Avellán, Angicos e Fernando Pedrosa, no Estado do Rio Grande do Norte, com capacidade edifica de 91 MW, dos quais 40 MW médios serão comercializados para a Companhia até o dia 27 de setembro de 2023. COVID-19: A Companhia vem trabalhando ativamente nas medidas de prevenção para auxiliar no controle da disseminação do Coronavírus ("COVID-19"), coordenado por um Comitê de Crise, reforçou os protocolos de higiene, propagando informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos e seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde ("OMS"), cancelando eventos internos e viagens adotando meios eletrônicos de comunicação, flexibilizando rotinas de trabalho para evitar aglomerações, adesão de trabalho remoto para diversos grupos de funcionários, distâncias entre funcionários no setor de produção e implementação de medidas de controle de acesso nos locais de trabalho. No segundo semestre de 2020 e início do ano de 2021 a Administração da Companhia identificou uma normalização e aumento da demanda da resina de PVC. Os produtos cor e soda da Companhia fazem parte da cadeia de abastecimento de itens de primeira necessidade para a população, relacionados ao segmento alimentício, produtos de limpeza, higiene pessoal e hospitalar e para estes mercados foram mantidas suas previsões de produção e vendas. Em todas as análises, sendo de forma consolidada ou por planta, a administração ressalta que não há risco na continuidade de seus negócios. Em relação às volatilidades do mercado financeiro, incluindo os efeitos de desvalorização da moeda estrangeira (USD frente ao dólar americano (USD)), a Companhia conta com robusta posição de caixa e perfil de dívida alongado e controlado. Os *covenants* financeiros são monitorados frequentemente, independente da crise gerada pela COVID-19 e todas as cláusulas estão sendo cumpridas. Diante do atual cenário, a Administração da Companhia analisou eventuais impactos frente as suas estimativas, julgamentos e premissas que pudessem impactar na recuperabilidade dos seus ativos e afetar a mensuração das provisões apresentadas nas demonstrações financeiras por aumento de perdas por provisões esperadas ou alteração significativa aos riscos que a Companhia está exposta. Esta revisão considerou os eventos subsequentes ocorridos até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não foram identificados efeitos significativos que deveriam estar refletidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As provisões contábeis incluídas na base de elaboração das demonstrações financeiras obedecem às regras e procedimentos, as interpretações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados elementos financeiros avaliados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. **2.3. Aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de março de 2022.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez. Tais ativos são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses recursos são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia. **3.2. Moeda estrangeira:** Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim de cada período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira não são novamente convertidos. As variações cambiais são reconhecidas no resultado no período em que ocorrem, exceto: Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira resultantes do uso construtivo de moeda estrangeira no futuro, que fazem parte do custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira; Variações cambiais decorrentes de transações contratadas para proteção (*hedge*) contra riscos de câmbio; e Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (é que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em "Outros resultados abrangentes" e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado mediante a alienação ou alienação parcial do investimento líquido. **3.3. Ativo não Circulante Mantido para Venda:** Para qualquer tipo de imóvel recebido em garantia para pagamento de títulos vencidos de clientes inadimplentes, o seu registro na Companhia segue a orientação do CPC 31 - ativo não circulante mantido para venda. Quando à classificação de ativo não circulante como mantido para venda: A entidade deve classificar um ativo não circulante como mantido para venda se o seu valor contábil for recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumes para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável. Para que a venda seja altamente provável, o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo e deve ter sido iniciado um programa firm para localizar um comprador e concluir o plano. O ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Deve-se esperar que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação, e as ações necessárias para concluir o plano devem indicar que é improvável que possa haver alterações significativas no plano ou que o plano possa ser abandonado. Acontecimentos ou circunstâncias podem estender o período de conclusão da venda para além de um ano. A extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não impede que o ativo seja classificado como mantido para venda se o valor justo por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumes para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável. Para que a venda seja altamente provável, o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo e deve ter sido iniciado um programa firm para localizar um comprador e concluir o plano. O ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Deve-se esperar que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação, e as ações necessárias para concluir o plano devem indicar que é improvável que possa haver alterações significativas no plano ou que o plano possa ser abandonado. Acontecimentos ou circunstâncias podem estender o período de conclusão da venda para além de um ano. A extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não impede que o ativo seja classificado como mantido para venda se o valor justo por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumes para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável. Para que a venda seja altamente provável, o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo e deve ter sido iniciado um programa firm para localizar um comprador e concluir o plano. O ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Deve-se esperar que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação, e as ações necessárias para concluir o plano devem indicar que é improvável que possa haver alterações significativas no plano ou que o plano possa ser abandonado. Acontecimentos ou circunstâncias podem estender o período de conclusão da venda para além de um ano. A extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não impede que o ativo seja classificado como mantido para venda se o valor justo por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumes para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável. Para que a venda seja altamente provável, o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo e deve ter sido iniciado um programa firm para localizar um comprador e concluir o plano. O ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Deve-se esperar que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação, e as ações necessárias para concluir o plano devem indicar que é improvável que possa haver alterações significativas no plano ou que o plano possa ser abandonado. Acontecimentos ou circunstâncias podem estender o período de conclusão da venda para além de um ano. A extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não impede que o ativo seja classificado como mantido para venda se o valor justo por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumes para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável. Para que a venda seja altamente provável, o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo e deve ter sido iniciado um programa firm para localizar um comprador e concluir o plano. O ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Deve-se esperar que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação, e as ações necessárias para concluir o plano devem indicar que é improvável que possa haver alterações significativas no plano ou que o plano possa ser abandonado. Acontecimentos ou circunstâncias podem estender o período de conclusão da venda para além de um ano. A extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não impede que o ativo seja classificado como mantido para venda se o valor justo por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumes para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável. Para que a venda seja altamente provável, o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo e deve ter sido iniciado um programa firm para localizar um comprador e concluir o plano. O ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Deve-se esperar que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação, e as ações necessárias para concluir o plano devem indicar que é improvável que possa haver alterações significativas no plano ou que o plano possa ser abandonado. Acontecimentos ou circunstâncias podem estender o período de conclusão da venda para além de um ano. A extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não impede que o ativo seja classificado como mantido para venda se o valor justo por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumes para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável. Para que a venda seja altamente provável, o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo e deve ter sido iniciado um programa firm para localizar um comprador e concluir o plano. O ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Deve-se esperar que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação, e as ações necessárias para concluir o plano devem indicar que é improvável que possa haver alterações significativas no plano ou que o plano possa ser abandonado. Acontecimentos ou circunstâncias podem estender o período de conclusão da venda para além de um ano. A extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não impede que o ativo seja classificado como mantido para venda se o valor justo por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumes para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável. Para que a venda seja altamente provável, o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo e deve ter sido iniciado um programa firm para localizar um comprador e concluir o plano. O ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Deve-se esperar que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação, e as ações necessárias para concluir o plano devem indicar que é improvável que possa haver alterações significativas no plano ou que o plano possa ser abandonado. Acontecimentos ou circunstâncias podem estender o período de conclusão da venda para além de um ano. A extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não impede que o ativo seja classificado como mantido para venda se o valor justo por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumes para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável. Para que a venda seja altamente provável, o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo e deve ter sido iniciado um programa firm para localizar um comprador e concluir o plano. O ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Deve-se esperar que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação, e as ações necessárias para concluir o plano devem indicar que é improvável que possa haver alterações significativas no plano ou que o plano possa ser abandonado. Acontecimentos ou circunstâncias podem estender o período de conclusão da venda para além de um ano. A extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não impede que o ativo seja classificado como mantido para venda se o valor justo por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumes para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável. Para que a venda seja altamente provável, o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo e deve ter sido iniciado um programa firm para localizar um comprador e concluir o plano. O ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Deve-se esperar que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação, e as ações necessárias para concluir o plano devem indicar que é improvável que possa haver alterações significativas no plano ou que o plano possa ser abandonado. Acontecimentos ou circunstâncias podem estender o período de conclusão da venda para além de um ano. A extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não impede que o ativo seja classificado como mantido para venda se o valor justo por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumes para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável. Para que a venda seja altamente provável, o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo e deve ter sido iniciado um programa firm para localizar um comprador e concluir o plano. O ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Deve-se esperar que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação, e as ações necessárias para concluir o plano devem indicar que é improvável que possa haver alterações significativas no plano ou que o plano possa ser abandonado. Acontecimentos ou circunstâncias podem estender o período de conclusão da venda para além de um ano. A extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não impede que o ativo seja classificado como mantido para venda se o valor justo por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumes para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável. Para que a venda seja altamente provável, o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo e deve ter sido iniciado um programa firm para localizar um comprador e concluir o plano. O ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Deve-se esperar que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação, e as ações necessárias para concluir o plano devem indicar que é improvável que possa haver alterações significativas no plano ou que o plano possa ser abandonado. Acontecimentos ou circunstâncias podem estender o período de conclusão da venda para além de um ano. A extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não impede que o ativo seja classificado como mantido para venda se o valor justo por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumes para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável. Para que a venda seja altamente provável, o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo e deve ter sido iniciado um programa firm para localizar um comprador e concluir o plano. O ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Deve-se esperar que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação, e as ações necessárias para concluir o plano devem indicar que é improvável que possa haver alterações significativas no plano ou que o plano possa ser abandonado. Acontecimentos ou circunstâncias podem estender o período de conclusão da venda para além de um ano. A extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não impede que o ativo seja classificado como mantido para venda se o valor justo por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumes para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável. Para que a venda seja altamente provável, o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo e deve ter sido iniciado um programa firm para localizar um comprador e concluir o plano. O ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Deve-se esperar que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação, e as ações necessárias para concluir o plano devem indicar que é improvável que possa haver alterações significativas no plano ou que o plano possa ser abandonado. Acontecimentos ou circunstâncias podem estender o período de conclusão da venda para além de um ano. A extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não impede que o ativo seja classificado como mantido para venda se o valor justo por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumes para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável. Para que a venda seja altamente provável, o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo e deve ter sido iniciado um programa firm para localizar um comprador e concluir o plano. O ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Deve-se esperar que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação, e as ações necessárias para concluir o plano devem indicar que é improvável que possa haver alterações significativas no plano ou que o plano possa ser abandonado. Acontecimentos ou circunstâncias podem estender o período de conclusão da venda para além de um ano. A extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não impede que o ativo seja classificado como mantido para venda se o valor justo por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumes para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável. Para que a venda seja altamente provável, o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo e deve ter sido iniciado um programa firm para localizar um comprador e concluir o plano. O ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à

★ continuação

relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são reapresentados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial. g) **Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS 2018-2020 - Alterações à IFRS 9 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro, IFRS 1 - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos e IAS 41 - Agricultura:** As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas. • IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. A alteração prevê medida adicional para uma controladora que se torna adiante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferentes acumuladas de controle. Em virtude de ser controladora, a entidade aplica a isenção contida na IFRS 1.D.16(a) (pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as Normas do IFRS, se nenhuma ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou *joint venture* que utiliza a isenção contida na IFRS 1.D.16(a)). • IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: A alteração esclarece que ao aplicar o teste de "10%" para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devidor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome do outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez. • IFRS 16 - Arrendamentos: A alteração exclui o exemplo de reembolso de benefícios em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida. • IAS 41 - Agricultura: A alteração exclui a exigência na IAS 41 para as entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o custo de um ativo. Isso inclui a menção a "valor justo na IAS 41" às exigências na IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo para fins de uso de fluxos de caixa e taxa de desconto internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada. A alteração é aplicável prospectivamente, isto é, mensurações de valor justo na ou após a data em que a entidade aplica inicialmente a alteração. h) **Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras e Declaração de Práticas:** IFRS Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis: As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 em relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". São informações da política contábil são relevantes se, quando as informações nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são relevantes por si só. O Board preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do "processo de materialidade em quatro passos" descrito na Declaração Prática 2 da "IAS 1, Alterações às IAS - Definição de Erro - Definição de Estimativas Contábeis: A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes comentários: "Uma mudança no resultado de novo período de demonstrações, informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro"; "Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores. O Board acrescentou dois exemplos (Exemplos 4-5) na Orientação sobre a implementação da IAS 8, que acompanha a Norma. O Board excluiu um exemplo (Exemplo 3) uma vez que poderia causar confusão à interpretação das alterações." i) **Alterações à IAS 12 - Principais sobre o Lucro - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação:** As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventos fiscais diferidos está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. O Board acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas. As alterações são aplicáveis a transações ocorridas na ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade reconhece: • Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucros tributáveis) e do cenário econômico. Por definição, as estimativas temporárias dedutíveis podem ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos: • Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento; • Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo; • O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido) na data de adoção inicial, conforme a data. 3.20. **Principais julgamentos contábeis e estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. A Companhia revisa suas estimativas ao menos trimestralmente e o grau de revisão depende da natureza das transações e do cenário econômico. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas estão apresentadas a seguir: a) **Obrigações com benefícios aos empregados:** A Companhia contata benefícios a seus funcionários que levam ao provisionamento de futuros desembolsos. Para determinar os valores justos destes benefícios e dos ativos que possuem cobrir-las, a Companhia utiliza premissas atuariais, tais como taxas de mortalidade, invalidez, rotatividade etc., e premissas financeiras, tais como taxas de inflação futura, taxas de desconto, etc. Mudanças no cenário econômico e na expectativa de vida ou de tempo para aposentadoria/desligamento dos beneficiários, entre outras, podem afetar de

forma significativa os valores atualmente registrados. b) **Provisões para processos Judiciais:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A determinação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas, a opinião dos advogados externos. A alteração destas evidências, incluindo resultados de julgamento similares, em tribunais ou na esfera administrativa, podem alterar as estimativas atualmente registradas pela Companhia. c) **Recuperabilidade de ativos fiscais diferidos:** A Administração realizou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelos órgãos de Administração, indicando a manutenção do ativo fiscal diferido. Os estudos técnicos de viabilidade consideram estimativas que estão relacionadas ao desempenho da Companhia, assim como o comportamento do mercado de atuação e determinados aspectos econômicos como exemplo variação cambial. Mudanças no cenário de negócio podem afetar a previsão de recuperabilidade desses créditos.

4. **Caixa e equivalentes de caixa**

	2021	2020
Caixa e bancos	10.990	79
Certificado Dep. Bancários (CDBs)	46.477	282.765
Circulante	57.467	282.844
Os Certificados de Depósito Bancário - CDBs registrados possuem remuneração associada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança em seu valor com possibilidade de resgate imediato.		

5. **Aplicações financeiras**

	2021	2020
Cotas de Fundos de Investimentos	218.577	136.262
Circulante	218.577	136.262
Os fundos de investimento, possuem em suas carteiras, substancialmente, títulos públicos e privados e possuem remuneração associada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com possibilidade de resgate a qualquer momento e os ativos dos fundos são classificados como baixos riscos de crédito. Os fundos de investimentos na LIBR representam 81% da carteira de aplicações financeiras sendo substancialmente representado por fundos referenciados ao CDI, com possibilidade de resgate a qualquer momento.		

6. **Contas a receber de clientes**

	2021	2020
Nacionais	242.273	301.696
Exterior	13.277	2.868
Partes relacionadas (Nota 9)	21.398	17.271
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21.329)	(21.260)
Circulante	255.619	300.575
Circulante	255.619	300.575
Não Circulante	1.808	990
A composição das contas a receber de clientes, por vencimento, é a seguinte:		

	2021	2020
Títulos a vencer	246.023	298.476
Títulos vencidos:		
Até 90 dias	9.365	687
De 91 a 180 dias	21.559	22.672
A partir de 180 dias	276.948	321.853

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2021	2020
Total da carteira de clientes	(21.329)	(21.260)
A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") para contas a receber de clientes é a seguinte:		

	2021	2020
Saldo inicial	(21.260)	(21.811)
Adições	(69)	(300)
Reversões	1	50
Saldo final	(21.329)	(21.260)
Historicamente o percentual de perda de crédito para os títulos vencidos até 90 dias aproxima-se de zero. Para os títulos vencidos acima de 90 dias não renegociados e os clientes que eventualmente decretam falência ou entram em recuperação judicial, a Companhia reconhece PCE (Perda de Crédito Estimado) de 100% do saldo em aberto. A parcela mais significativa de PCLD é composta de casos excepcionais de poucos clientes que decretaram falência ou entraram em recuperação judicial. As adições e reversões da PCLD são registradas no resultado como "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas". Os valores da provisão são baixados, em conjunto com as contas a receber correspondentes, quando não há expectativa de recuperação dos recursos.		

7. **Impostos a recuperar**

	2021	2020
IRMF/IRPJ e CSLL a recuperar	6	11.950
IRMS	12.293	12.347
PIS e COFINS	582.691	595.166
Outros	176	105
Total	595.166	24.503
Circulante	6.407	17.748
Não circulante	588.759	6.654
IRPJ/IRPJ/CSLL: Corresponde a imposto de renda retido na fonte sobre operações financeiras e antecipação de imposto de renda e contribuição social, realizáveis com imposto de renda e contribuição a pagar sobre os lucros ou compensáveis com outros tributos federais. Em dezembro de 2021, foi utilizado IRPJ no valor de R\$ 6.049, para deduzir o valor do IRPJ a ser recolhido. ICMS: Refere-se basicamente a créditos provenientes de aquisições de ativo imobilizado, os quais estão reconhecidos no ativo circulante e não circulante com prazo de amortização de 1/48 anos. PIS/COFINS: Refere-se ao crédito sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e do COFINS, a Companhia tem processo judicial para o período de março de 2019 a outubro de 2021 no montante principal de R\$ 364.389 e o cenário montante no montante de R\$ 218.303. Para este registro, a Companhia não possui o trânsito em julgado, porém o reconhecimento foi realizado com base na decisão modulada do STJ (Superior Tribunal Federal) em maio de 2021 que esclareceu que a base de cálculo deve ser sem o ICMS destacado. A Companhia concluiu em conjunto com seus advogados jurídicos que o processo em questão não tem vício processual e que o reconhecimento dos valores em questão está em acordo com o entendimento a ativo contingente, por se tratar de ativo com realização do ganho praticamente certa, e com base no levantamento histórico das bases de cálculo aplicáveis		

8. **Estoques**

	2021	2020
Matérias-primas	19.013	5.759
Produtos em processo	20.507	8.823
Produtos acabados	113.670	7.248
Provisão para desvalorização	(28)	-
Materiais auxiliares e embalagens	43.611	24.540
Materiais de manutenção e reparos	29.547	29.287
Total	226.320	94.457
Circulante	202.975	74.131
Não circulante	23.345	20.326
Os materiais de manutenção e reposição são itens mantidos para assegurar a continuidade das operações das plantas em caso de avarias eventuais nas máquinas e equipamentos da produção e em função do giro são classificados como circulante ou não circulante.		

	Unipar Carbocolor S.A.		Unipar Indupa S.A.I.C		Total
	2021	2020	2021	2020	2021
Saldos					
Ativo circulante e não circulante					
Contas a receber	83	181	21.315	17.089	21.398
Outros ativos circulantes	72	-	93	-	165
Créditos com empresas ligadas	-	-	55.799	51.961	55.799
Dividendos a receber	(7.725)	(566)	(21.230)	(8.163)	(28.955)
Fornecedores	(3.303)	(5.474)	-	-	(3.303)
Empréstimos	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	(234.364)	(35.172)	(1)
Gastos compartilhados (2)	(3.303)	(5.474)	-	-	(3.303)
Transações	2021	2020	2021	2020	2021
Vendas	114	-	31.716	22.306	31.829
Compras	(73.749)	(13.356)	(216.811)	(114.081)	(290.530)
Juros sobre empréstimos	(18.955)	(23.457)	911	990	(18,044)
Juros sobre empréstimos (3)	-	-	(215)	-	(215)

9. **Partes relacionadas**

(1) Valor integralizado ao aumento de Capital conforme detalhado em nota explicativa 21. (2) O grupo incorre em determinadas despesas com remuneração de seu pessoal chave e outras despesas de escritório, que são rateadas entre a Controladora Unipar Carbocolor S.A. e suas controladas direta e indireta. A venda de produtos a partes relacionadas é feita de acordo com a lista de preços normalmente usada pelo Grupo Unipar. As aquisições são feitas pelo preço de mercado descontado para refletir a quantidade de produtos adquiridos e o relacionamento entre as partes. Os valores em aberto não são seguros e serão liquidados em caixa. Não foram dadas nem recebidas garantias. Nenhuma provisão para devedores duvidosos foi reconhecida com relação aos valores devidos pelas partes relacionadas. A Companhia celebrou acordo de reembolso com sua Controladora, Unipar Indupa S.A.I.C, objetivando o gerenciamento de seu fluxo de caixa, sobre o qual não há incidência de juros. O aporte realizado representa US\$10 milhões e a expectativa de realização é de 5 anos a partir de 2022. O valor em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 55.799 e em dezembro de 2020 foi de R\$ 51.961.

10. **Imobilizado**

	Taxa anual de depreciação média			Líquido	
	2021	2020		2021	2020
Terenos	-	-	1.542	-	1.542
Educação e Construções	3,33%	8	160.996	(74.964)	85.132
Equipamentos e Instalações	5% a 10%	5%	1.563.257	(1.136.851)	426.406
Veículos	20%	20%	1.324	(1.324)	-
Móveis e Utensílios	3% a 10%	3%	8.566	(7.659)	907
Demais bens	3% a 10%	3%	14.513	(11.179)	3.334
Imobilizado andamento (1)	3% a 10%	3%	49.826	-	67.946
Total			1.799.124	(1.231.977)	567.147

(1) Os investimentos em andamento estão relacionados principalmente a melhoria das plantas e modernização dos sistemas de gestão integrada.

Movimentação do ativo imobilizado

	2021	2020
Terenos	1.542	-
Educação e Construções	79.690	-
Equipamentos e Instalações	391.784	-
Veículos	99	-
Móveis e Utensílios	840	-
Demais bens	2.193	-
Imobilizado em andamento	51.723	-
Total	527.841	-

11. **Intangível**

	Taxa anual de amortização		Líquido
	2021	2020	2021
Direito de uso de software	20%	20%	19.902
Movimentação do ativo intangível			
Direito de uso de software	17.197	3.071	(407)
Direito de uso de software	15.077	10.357	-
Total			(5.532)

12. **Fornecedores**

	2021	2020
Fornecedores nacionais	78.731	56.313
Fornecedores nacionais - risco sacado (1)	5.086	4.441
Fornecedores nacionais - imobilizado	7.897	6.040
Fornecedores nacionais - partes relacionadas	7.725	5.042
Fornecedores exterior	8.505	8.090
Fornecedores exterior - partes relacionadas	21.230	8.163
Circulante	129.174	93.849

(1) A Companhia firmou contratos com bancos parceiros para estruturar com os seus fornecedores a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O banco, por sua vez, passa a ser credor da operação, sendo que a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seus fornecedores. A operação não altera os preços, prazos e condições anteriormente estabelecidos com fornecedores e, portanto, a Companhia classifica na rubrica de Fornecedores.

13. **Empréstimos e financiamentos**

	Vencimento	Moeda	2021	2020
Em moeda nacional				
BNDES (TJLP + 1,40% a.a.)	15/06/2021	RS	-	4.810
BNDES (TJLP + 1,7% a.a.)	17/08/2026	RS	17.845	21.662
BNDES (IJCPL + 2,14% a.a.)	15/09/2025	RS	25.872	29.195
Circulante			43.717	55.867
Não circulante			10.896	14.258

(1) A Companhia firmou contratos com bancos parceiros para estruturar com os seus fornecedores a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O banco, por sua vez, passa a ser credor da operação, sendo que a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seus fornecedores. A operação não altera os preços, prazos e condições anteriormente estabelecidos com fornecedores e, portanto, a Companhia classifica na rubrica de Fornecedores.

14. **Outros impostos e contribuições a pagar**

	2021	2020
ICMS a recolher (1)	30.061	45.774
IRPJ a recolher	7.917	9.260
COFINS a recolher	2.195	1.075
Obrigações tributária s/serviços de terceiros (covenants)	3.561	2.558
Total dos impostos e contribuições a pagar	41.721	69.934
Circulante	27.523	50.971
Não circulante	14.198	18.963
(1) Em abril de 2020, a Companhia optou por aderir ao parcelamento de ICMS em 60 meses; Competência 03/2020 - 40 parcelas até 30/04/2025; Competência 06/2020 - 43 parcelas até 31/07/2025; Competência 07/2020 - 44 parcelas até 31/08/2025		

15. **Energia Elétrica**

A Companhia possui contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica, na condição de consumidor livre. Tais contratos, além de englobarem o preço da energia efetivamente contratada, contém encargos estabelecidos no âmbito do gerenciamento. Um destes encargos refere-se à Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e seu valor é determinado anualmente pelo Governo Brasileiro. A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2015 a julho de 2016 indicava alta majoração deste encargo, o que levou a Companhia, e o consumidor on-line Inova Energia, a questionar o valor da cobrança CDE em seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres ("ABRACE"). No início do 3º trimestre de 2015, a ABRACE obteve liminar indicando que, enquanto o processo encontrarse em julgamento, os consumidores livres que questionaram o valor deveriam ser cobrados por valores menores do que aqueles inicialmente estipulados. A Companhia provisa integralmente os valores inicialmente estipulados, mas efetua os pagamentos apenas dos montantes previstos na liminar de acordo com o faturamento do fornecedor (CTEEP). A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2016 a julho de 2017 também indicou valores que, segundo a ABRACE, estão acima dos considerados corretos pela associação. Sendo assim, a ABRACE também questionou judicialmente as futuras cobranças do encargo com seu novo valor e obteve liminar favorável nos mesmos moldes da liminar obtida para as cobranças relativas ao período de agosto de 2015 a julho de 2016. Em 31 de dezembro de 2021, os respectivos processos continuam em discussão. A publicação inicial do valor da CDE relativa ao ano de 2019 indicava alta majoração deste encargo, o que levou a Companhia, a Indupa Brasil e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança da CDE com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres ("ABRACE"). A sentença foi improcedente. O Tribunal Federal da 1ª Região deferiu o pedido de tutela de urgência para suspender a exigibilidade da tarifa de energia elétrica cobrada com os valores dos subsídios destinados a políticas públicas não relacionadas ao serviço público de energia elétrica até o julgamento da apelação interposta no feito originário. A Companhia, por intermédio da ABRACE, ajudou ação tendo por objeto a declaração de inexistência do pagamento da parcela da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST relativa à indenização de que trata o artigo 15, § 2º da Lei nº 12.783/2013. A liminar foi deferida parcialmente para determinar que a ANEEL exclua a parcela dita de "remuneração" da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST, calculada sobre os bens reversíveis, ainda não amortizados e nem depreciados, prevista no artigo 15, § 2º, da Lei nº 12.783/2013, devendo indicar sobre o montante apurada a atualização. A sentença foi improcedente e em razão disso, a Companhia já está recolhendo os valores que deixaram de ser pagos em razão da liminar deferida. Referido pagamento vem sendo realizado mensalmente na forma de um acréscimo na conta mensal de consumo, sendo revertido pelos provisionados.

16. **Demandas Judiciais**

A Companhia, suportada pela avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, classifica a probabilidade de perda de suas demandas judiciais em "provável", "possível" e "remota". Para as causas consideradas como "prováveis" são constituídas provisões e, quando aplicável, os saldos são registrados líquidos dos depósitos judiciais atrelados aos processos, como segue:

	2021	2020
Fiscais	35.433	10.605
Trabalhistas e previdenciárias	11.563	13.655
Cíveis	5.396	5.067
Total	52.392	29.327
Depósitos judiciais fiscais	(6.321)	(6.384)
Depósitos judiciais trabalhistas	(5.933)	(7.087)
Total	(12.254)	(13.471)
Circulante	1.605	2.168
Não circulante	38.533	13.898
Circulante	1.605	2.168
A movimentação das provisões para demandas judiciais está demonstrada abaixo:		

	2021	2020
Fiscais	10.957	368
Trabalhistas e previdenciárias	19.189	1.029
Cíveis	(17.015)	(214)
Depósito judicial	17.393	2.012
Total	10.604	24.890

	2021	2020
Fiscais	13.855	

Aspen Investimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF: 14.130.641/0001-75 - NIRE: 35.225.741.716

Ata de Reunião de Sócios Quotistas Realizada em 25 Fevereiro de 2022

1. Data, Hora e Local: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de fevereiro de 2022, às 10:00 horas, na sede social da **Aspen Investimentos Imobiliários Ltda.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nicolas Boer, nº 399, 5º andar, unidade 5025, CEP 01140-060 ("Sociedade").

2. Convocação: Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade das sócias quotistas, conforme disposto no § 2º do artigo 1.072 da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil").

3. Presença: Presentes as sócias representando a totalidade do capital social da Sociedade.

4. Mesa: Presidente - Sr. Alexandre Firmo Mangabeira Albernaz; Secretário - Sr. Flavio Vidgal De Capua. 5. As sócias da Sociedade reuniram-se para examinar, discutir e votar sobre as seguintes ordens do dia: (i) a redução do capital social da Sociedade, com base no artigo 1.082, II, do Código Civil, vez que é excessivo em relação ao seu objeto social; (ii) forma de reembolso às sócias quotistas; e (iii) a consequente alteração da Cláusula Quinta do Contrato Social, por conta da deliberação indicada na alínea (i) supra; (iv) autorização para os administradores tomarem todas as providências necessárias para a efetivação do ora deliberado.

6. Deliberações: Iniciada a reunião, depois de discutidas as matérias constantes da ordem do dia, as sócias deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições:

6.1. A redução do capital social da Sociedade, por ser excessivo em relação ao seu objeto social, com fulcro no artigo 1.082, II, da Lei 10.406/02, do Código Civil, totalmente subscrito e integralizado, na presente data, em moeda corrente nacional que passará de R\$ 25.069.327,00 (vinte e cinco milhões, sessenta e nove mil, trezentos e vinte e cinco reais), para R\$ 18.710.053,00 (dezoito milhões, setecentos e dez mil, e cinquenta e três reais), com uma redução, portanto, de R\$ 6.359.274,00 (seis milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, duzentos e setenta e quatro reais) mediante o cancelamento e reembolso de 6.359.274 (seis milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, duzentos e setenta e quatro) quotas integralizadas, feito com base no valor contábil das quotas;

6.2. O pagamento do reembolso, mediante restituição em dinheiro às titulares das quotas no valor total de R\$ 6.359.274,00 (seis milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, duzentos e setenta e quatro reais) será pago exclusivamente à sócia quotista **Pucon Investimentos Imobiliários S.A.**

6.3. Em razão, do mesmo modo, das deliberações aprovadas por unanimidade nos itens acima, fica modificada a Cláusula Quinta do Contrato Social, que passará a vigorar com a seguinte e nova redação: "**Cláusula Quinta – Capital Social.** 5.1. O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 18.710.053,00 (dezoito milhões, setecentos e dez mil e cinquenta e três reais), dividido em 18.710.053 (dezoito milhões, setecentos e dez mil e cinquenta e três, quotas iguais com valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre as sócias: (a) a sócia **Pucon** possui 18.710.052 (dezoito milhões, setecentos e dez mil e cinquenta e duas) quotas, no valor total de R\$ 18.710.052,00 (dezoito milhões, setecentos e dez mil e cinquenta e dois reais); e (b) a sócia **Talca** possui 1 (uma) quota, no total de R\$ 1,00 (um real). **Parágrafo Primeiro:** A participação de cada sócia no capital social fica distribuída nas seguintes proporções:

Quotista	Quotas	Valor	%
PUCON	18.710.052	R\$ 18.710.052,00	99,99%
TALCA	1	R\$ 1,00	0,01%
Total	18.710.053	R\$ 18.710.053,00	100%

Parágrafo Segundo: A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas respectivas quotas, mas todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo Terceiro: As quotas da Sociedade são indivisíveis em relação à Sociedade". Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo a presente ata lavrada e assinada pelas sócias quotistas presentes, a qual será publicada na forma do §1º do artigo 1.084 do Código Civil, para que se produzam os devidos efeitos legais.

7. Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada e lida a presente ata que, achada conforme e aprovada por unanimidade, foi por todos assinada.

Mesa: Alexandre Firmo Mangabeira Albernaz - Presidente; Flavio Vidgal De Capua - Secretário. **Sócias:** Pucon Investimentos Imobiliários S.A. - p.p. Alexandre Firmo Mangabeira Albernaz - Flavio Vidgal De Capua; Talca Investimento Imobiliários Ltda. - p.p. Alexandre Firmo Mangabeira Albernaz - Flavio Vidgal De Capua.

AgroGalaxy Participações S.A.

CNPJ: 21.240.146/0001-84 - NIRE 35.300.489.543

Ata de Reunião de Conselho de Administração Realizada em 28 de Janeiro de 2022

1. Data, Hora e Local: No dia 28 de janeiro de 2022, às 09:30 horas, na sede social da **AgroGalaxy Participações S.A.** ("Companhia"), localizada na Rua Iguatemi, nº 192, 10º andar, conjuntos 103 e 104, Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451-010.

2. Convocação: Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme autorizado pelo estatuto social da Companhia.

3. Composição da Mesa: Presidente: Sebastian Marcos Popik; Secretária: Marina Godoy da Cunha Alves.

4. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a ratificação da autorização da prestação, pela Companhia e por suas subsidiárias integrais, de fiança à Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. ("Mosaic Brasil") e à Mosaic Fertilizantes P&K Ltda. ("Mosaic P&K" em conjunto com Mosaic Brasil "Mosaic"), no valor de R\$415.000.000,00 (quatrocentos e quinze milhões de reais), com vigência até 30 de junho de 2024, conforme instrumento particular de fiança firmado em 28 de dezembro de 2021; (ii) a reeleição dos membros do Comitê de Sustentabilidade da Companhia; (iii) as Políticas de Crédito e de Segurança da Informação da Companhia; e (iv) a autorização aos membros da Diretoria da Companhia a adotar todas as providências necessárias para efetuar as deliberações tomadas nesta ata.

5. Deliberações: Após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, deliberaram o quanto segue:

5.1. Ratificar a aprovação da prestação, pela Companhia e por suas subsidiárias integrais, de fiança à Mosaic no valor total de R\$415.000.000,00 (quatrocentos e quinze milhões de reais), com vigência até 30 de junho de 2024, conforme instrumento particular de fiança firmado em 28 de dezembro de 2021.

5.2. Reeleger, para um mandato unificado de 1 (um) ano contado a partir da presente data, mediante assinatura do respectivo termo de posse, conforme **Anexos I, II, III e IV**, os seguintes membros do Comitê de Sustentabilidade da Companhia: **a) Tarcila Reis Corrêa Ursini**, brasileira, casada, economista e advogada, portadora da carteira de identidade nº 19.710.137-9, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 176.122.699-30, com endereço comercial na Rua Iguatemi, nº 192, 10º andar, conjuntos 103 e 104, Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451-010, **como coordenadora e membra efetiva do Comitê de Sustentabilidade;** **b) Sebastian Marcos Popik**, argentino, divorciado, economista, portador da carteira de identidade de estrangeiro ("RNE") nº V340918-M, expedido pelo CGPI/DIREX/DPF, válido até 25 de setembro de 2024, inscrito no CPF/ME sob o nº 228.485.358-73, com endereço comercial na Rua Iguatemi, nº 192, 10º andar, conjuntos 103 e 104, Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451-010, **como membro efetivo do Comitê de Sustentabilidade;** **c) Welles Clóvis Pascoal**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da carteira de identidade nº M.1.160.572, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 263.295.496-72, com endereço comercial na Rua Iguatemi, nº 192, 10º andar, conjuntos 103 e 104, Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451-010, **como membro efetivo do Comitê de Sustentabilidade;** e **d) Sheila Maria Pereira Albuquerque**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da carteira de identidade nº 27.244.139-9, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 153.935.659-26, com endereço comercial na Rua Iguatemi, nº 192, 10º andar, conjuntos 103 e 104, Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451-010, **como membra efetiva do Comitê de Sustentabilidade.**

5.3. Aprovar: i) a Política de Crédito; e ii) a Política de Segurança da Informação, que ficam arquivadas na sede da Companhia.

5.4. Autorizar os membros da Diretoria da Companhia a praticar todos os atos e assinar todo e qualquer documento necessários à implementação das deliberações tomadas na presente reunião.

6. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes.

São Paulo, 28 de janeiro de 2022. **Composição da Mesa** - Presidente: Sebastian Marcos Popik; Secretária: Marina Godoy da Cunha Alves. **Conselheiros presentes:** Sebastian Marcos Popik, Tomas Agustín Romero, Elaine Schulte Alfredo, Benildo Carvalho Teles, João Fernando Garcia, Mauricio Luis Luchetti, Larissa Yastrebow Pomerantzoff, Tarcila Reis Corrêa Ursini e Eduardo de Almeida Salles Terra. **Certifico que a presente cópia é com o original lavrado no livro próprio.** São Paulo, 28 de janeiro de 2022. **Mesa:** Sebastian Marcos Popik - Presidente; Marina Godoy da Cunha Alves - Secretária. JUCESP nº 133.384/22-6 em 10/03/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Massau Indústria de Alimentos Ltda.

CNPJ nº 21.170.818/0001-22

UBA 2 - Comércio e Representação de Alimentos Ltda.

CNPJ nº 10.702.431/0001-53

Incorporadas pela Unilever Brasil Industrial Ltda.

Em 31/10/2021, a **Brazinvest B.V.**, inscrita no CNPJ sob nº 05.475.032/0001-67, única sócia da **Unilever Brasil Industrial Ltda.**, inscrita no CNPJ sob nº 01.615.814/0001-01 e NIRE 35.216.779.765 ("Incorporadora") e a Incorporadora, única sócia da **Massau Indústria de Alimentos Ltda.**, inscrita no CNPJ nº 21.170.818/0001-22 e NIRE 35.228.723.20-4 ("Massau") e da **UBA 2 - Comércio e Representação de Alimentos Ltda.**, inscrita no CNPJ nº 10.702.431/0001-53 e NIRE 35.223.135.851 ("UBA 2" e em conjunto com a Massau, as "Incorporadas"), aprovaram a incorporação das Incorporadas pela Incorporadora, nos seguintes termos: (i) o valor do patrimônio líquido da Massau, em 30/09/2021, sendo esta data do balanço base da incorporação, era de R\$ 746.262,00; (ii) o valor do patrimônio líquido da UBA 2 também em 30/09/2021 era de R\$ 340.874,00; (iii) o capital social da Incorporadora não foi aumentado por já estarem refletidos no balanço da Sociedade pelo método de equivalência patrimonial; (iv) as Incorporadas foram declaradas extintas e os estabelecimentos onde se localizavam as sedes das Incorporadas foram encerrados para todos os fins legais; e (v) a Incorporadora tornou-se sucessora universal das Incorporadas, assumindo, em consequência, todos os ativos e passivos, direitos e obrigações das Incorporadas. Os documentos que aprovaram as referidas incorporações foram registrados na JUCESP em 01/12/2021 sob nº 572.500/21-0 (Massau), sob nº 572.501/21-3 (UBA 2) e sob nº 572.499/21-8 (Incorporadora).

Unilever Brasil Industrial Ltda.

CNPJ nº 01.615.814/0001-01 - NIRE 35.216.779.765

Cisão Parcial da Unilever Brasil Industrial Ltda.,

com a Versão da Parcela Cindida de seu Patrimônio Líquido para a Unilever Brasil Ltda.

Em 31/10/2021, a **Brazinvest B.V.**, inscrita no CNPJ sob nº 05.475.032/0001-67, única sócia da **Unilever Brasil Ltda. ("UBR")**, inscrita no CNPJ sob nº 61.068.276/0001-04 e com NIRE 35.200.942.734, e da **Unilever Brasil Industrial Ltda. ("UBI")**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.615.814/0001-01 e com NIRE 35.216.779.765, aprovou a cisão parcial da UBI com a versão do patrimônio líquido para a UBR, nos seguintes termos: (i) o patrimônio líquido da UBI em 30/09/2021 correspondente à parcela cindida era de R\$ 262.040.516,00; (ii) o capital social da UBI foi reduzido de R\$ 910.521.310,00 para R\$ 648.480.794,00; (iii) o capital social da UBI foi aumentado de R\$ 104.024.069,00 para R\$ 366.064.585,00; e (iv) como resultado da cisão parcial, a UBR sucede a UBI somente nos direitos e obrigações correspondentes à parcela cindida a ela transferida a valor contábil. Os documentos societários de cisão da UBR e UBI foram registrados na JUCESP em 01/12/2021, sob nº 572.502/21-7 e nº 572.499/21-8, respectivamente.

Solo ATS Participações do Brasil S.A.

CNPJ nº 09.162.511/0001-84

Incorporada pela Unilever Brasil Ltda.

Em 30/11/2021, a **Brazinvest B.V.**, inscrita no CNPJ sob nº 05.475.032/0001-67, única sócia da **Unilever Brasil Ltda.**, inscrita no CNPJ sob nº 61.068.276/0001-04 e com NIRE 35.200.942.734 ("Incorporadora") e a Incorporadora, única sócia da **Solo ATS Participações do Brasil S.A.**, inscrita no CNPJ nº 09.162.511/0001-84 e NIRE 35.300.451.597 ("Incorporada"), aprovaram a incorporação da Incorporada pela Incorporadora, nos seguintes termos: (i) o valor do patrimônio líquido da Incorporada, em 30/09/2021, sendo esta data do balanço base da incorporação, era de R\$ 2.61.887,00; (ii) o capital social da Incorporadora não foi aumentado por tal investimento já estar refletido no balanço da Sociedade pelo método de equivalência patrimonial; (iii) a Incorporada foi declarada extinta e o estabelecimento onde se localizava a sede da Incorporada foi encerrado para todos os fins legais; e (iv) a Incorporadora tornou-se sucessora universal da Incorporada, assumindo, em consequência, todos os ativos e passivos, direitos e obrigações da Incorporada. Os documentos que aprovaram as referidas incorporações foram registrados na JUCESP em 29/12/2021 sob nº 666.681/21-1 (Incorporada) e sob nº 666.680/21-8 (Incorporadora).

Richard Saigh Indústria e Comércio S.A.

Companhia Fechada

CNPJ/MF nº 61.206.397/0001-67 - NIRE 35.300.042.174

Aviso aos Acionistas

Em cumprimento ao disposto nos artigos 133 e 135, § 3º da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ("LSA"), a Administração da **Richard Saigh Indústria e Comércio S.A.** ("Companhia") comunica que (i) os documentos a que se referem os incisos I a V do aludido artigo 133 da LSA, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) o orçamento de capital elaborado em atenção ao disposto no artigo 196 da LSA, com prazo de 05 (cinco) exercícios sociais; e (iii) os documentos a que se referem o aludido artigo 135, § 3º da LSA, sendo estes a Proposta de Aumento de Capital mediante capitalização de parte da reserva de investimentos e parte da reserva de pesquisa e desenvolvimento, a Proposta de Consolidação do Estatuto Social da Companhia e, ainda, a ata da reunião do Conselho Fiscal realizada em 15 de março de 2022, se encontram à disposição dos Senhores Acionistas na Sede da Companhia, na cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, na Rua Heloísa Pamplona, nº 842. São Caetano do Sul, 17 de março de 2022 - **Christian Mattar Saigh** - Diretor Presidente.

UNIPAR Unipar Carbocloro S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 33.958.695/0001-78 - NIRE 35.300.454.758

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os Srs. Acionistas da Unipar Carbocloro S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a se realizarem, cumulativamente, em primeira convocação, no dia 20 de abril de 2022, às 09h, no edifício da sede social da Companhia, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1327, CEP04543-011, na cidade e Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria; (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a distribuição de dividendos obrigatórios e extraordinários; (iii) deliberar sobre a proposta de fixação do número de membros efetivos do Conselho de Administração e eleição dos membros do Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, nos termos do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia; (iv) deliberar sobre a eleição, dentre os membros do Conselho de Administração a serem eleitos, do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e (v) fixar a remuneração global anual dos administradores e, conforme o caso, dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2022. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) aprovar o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização de parte das reservas de lucros, com bonificação em ações; (ii) elevar o limite do capital autorizado da Companhia para até R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais); e (iii) sujeito à aprovação das deliberações anteriores, aprovar a alteração dos artigos 5º e 8º do Estatuto Social, para registrar o novo capital social da Companhia, as conversões de ações preferenciais de classe A em ações preferenciais classe B até a presente data e o novo limite do capital autorizado. **Informações gerais:** **1. Documentos à disposição dos acionistas.** Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima e necessários ao exercício do direito de voto dos acionistas encontram-se à disposição na sede e no website da Companhia (<http://www.l.unipar.com>), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão (<http://www.b3.com.br>), conforme previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e na Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 481"). O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das Notas Explicativas, do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria serão publicados, em 17 de março de 2022, no jornal "Diário Comercial". **2. Voto múltiplo.** Nos termos do artigo 141 da Lei das S.A. combinado com o artigo 1º da Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada, é facultado a acionistas que representa, no mínimo, 5% (cinco por cento) das ações com direito a voto requerer a adoção do processo de voto múltiplo, devendo tal facultade ser exercida pelos acionistas em até 48 (quarenta e oito horas) antes data em que serão realizadas a AGOE, incluindo, por este fim, por meio da indicação de voto no boletim de voto à distância. **3. Eleição em separado.** Os acionistas que votarem ou participarem das AGOE, via boletim de voto à distância ou via sistema eletrônico, e desejarem solicitar e/ou votar em eleição em separado para o Conselho Fiscal da Companhia, devem encaminhar diretamente à Companhia, por meio do e-mail ri@unipar.com, extrato de participação acionária ininterrupta, nos termos do artigo 141, § 6º, da Lei das S.A.. **4. Participação dos acionistas nas AGOE.** Poderão participar das AGOE ora convocadas os acionistas detentores de ações emitidas pela Companhia, (i) pessoalmente, (ii) por meio de seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração; ou (iii) por meio de envio de boletim de voto à distância, conforme abaixo indicado. **5. Participação Presencial e Representação.** No caso de acionistas que optarem por participar presencialmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme aplicável, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, também deverão observar os seguintes requisitos formais de participação previstos no artigo 15 do Estatuto Social da Companhia: (a) documento de identidade com foto; (b) o comprovante da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, emitido, no máximo, 2 (dois) dias antes das AGOE; e, se for o caso, (c) instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das S.A. Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimentos deverão enviar à Companhia: (a) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente nas AGOE, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador; (b) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça às AGOE ou a quem tenha outorgado a procuração; e (c) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos no item "b" deste parágrafo, a ele relativos. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para estas AGOE, dispensará a necessidade de depósito das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas, relacionados acima, na sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista e a notariação, a consularização, o apostilamento dos instrumentos de procuração. Bastará o envio de cópia simples de tais documentos ao endereço eletrônico ri@unipar.com, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas a contar da hora marcada para a realização das AGOE. As procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico deverão ter sido assinadas digitalmente mediante certificados emitidos pela ICP-Brasil. Caso o acionista não tenha depositado o instrumento de mandato e os documentos de representação no prazo estabelecido, seus representantes ou procuradores poderão participar das AGOE, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes, conforme o disposto no § 2º do artigo 5º da ICVM 481/09. **6. Participação via Boletim de Voto à Distância.** Nos termos da ICVM 481/09, a Companhia adotará o sistema de votação à distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto à distância, conforme modelo disponibilizados no website da Companhia, (i) por meio de seus respectivos agentes de custódia, (ii) via instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., ou, (iii) diretamente à Companhia. Para informações adicionais acerca do exercício do direito de voto à distância, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na ICVM 481/09, bem como as orientações e prazos constantes dos próprios boletins de voto, na Proposta da Administração. **Diante da atual crise sanitária, a Companhia incentiva que os acionistas participem por meio dos boletins de voto à distância, nos termos da ICVM 481/09. Não obstante a recomendação do uso dos boletins de voto à distância, a Companhia ressalta que adotará medidas de prevenção de disseminação do COVID-19 no ambiente onde serão realizadas as AGOE, conforme protocolos das autoridades públicas e sanitárias aplicáveis na data das assembleias. Tais protocolos, podem incluir, mas não se limitam a, medição de temperatura dos participantes antes do seu ingresso no recinto, obrigatoriedade de utilização de máscaras de proteção e disponibilização de álcool em gel para higienização.** São Paulo, 16 de março de 2022. FRANK GEYER ABUBAKIR - Presidente do Conselho de Administração.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/72F9-11CC-D53E-1F73> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 72F9-11CC-D53E-1F73



Hash do Documento

B5521644B044987DC930E4128749AECF7C1E759872CE04291A7139DEF28C9424

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 16/03/2022 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
16/03/2022 23:00 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

